

HELENA DE SOUZA BRITTO

REDUZIDAS DE GERÚNDIO: TEORIA DO
CASO E INVERSÃO VERBO-SUJEITO

CAMPINAS
JANEIRO DE 1994

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Helena de Souza Britto

e aprovada pela Comissão Julgadora em

31/01/94

Prof. Dr. Mary Aparecida Kato

HELENA DE SOUZA BRITTO 777

REDUZIDAS GERUNDIVAS: TEORIA DO CASO E INVERSÃO VERBO-SUJEITO

Dissertação apresentada à Coordenação de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística

Orientador:
Prof. Dr. Mary Aizawa [Kato]

CAMPINAS
JANEIRO DE 1994

AGRADECIMENTOS

A Prof. Dr. Mary Kato, pela super orientação e pelo carinho.

A Prof. Dr. Charlotte Galves, Prof. Dr. Eduaurdo Raposo e Prof. Dr. Ian Roberts, pelas sugestões e observações feitas ao longo da elaboração deste trabalho.

Aos colegas de curso, pelas discussões, sugestões bibliográficas, conversas, etc.

Ao Wilson e Cláudio, pela assessoria na editoração deste trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	01
1. GERUNDIVAS ADVERBIAIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL: TIPOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO, HIPÓTESES E OBJETIVOS DO TRABALHO.....	05
1.1. AS GERUNDIVAS SEGUNDO AS GRAMÁTICAS NORMATIVAS.....	05
1.2. A OCORRÊNCIA DAS GERUNDIVAS NO PB.....	06
1.2.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	06
1.2.1.1. OBJETIVOS EMPÍRICOS.....	06
1.2.1.2. OBJETIVOS TEÓRICOS.....	07
1.2.2. METODOLOGIA PARA INVESTIGAÇÃO DAS GERUNDIVAS....	09
1.2.2.1. DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO.....	09
1.2.2.2. LEVANTAMENTO E SELEÇÃO DOS DADOS.....	10
1.2.2.3. VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS E EXTRA-LINGUÍSTICAS...	12
1.2.3. APRESENTAÇÃO E COMENTÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS DA ABORDAGEM EMPÍRICA.....	13
1.3. OBJETIVOS DO ESTUDO DAS GERUNDIVAS ADVERBIAIS DO PB.....	16
1.3.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	16
1.3.2. OBJETIVOS TEÓRICOS.....	17
2. QUADRO TEÓRICO: A TEORIA DO CASO.....	21
2.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	21
2.2. A TEORIA DO CASO EM VIGOR: ATRIBUIÇÃO (OU VERIFICAÇÃO) DE CASO EXCLUSIVAMENTE EM POSIÇÃO DE ESPECIFICADOR DE CATEGORIA FUNCIONAL.....	24
2.2.1. A PROPOSTA DE CHOMSKY & LASNIK 1991.....	24
2.2.2. PRO E O CASO NULO ATRIBUÍDO SOB A CONFIGURAÇÃO SPEC-NÚCLEO	25
2.2.3. A PROPOSTA DE CHOMSKY 1992.....	27

3. A ESTRUTURA DAS GERUNDIVAS ADVERBIAIS: PROBLEMAS.....	30
3.1. GERUNDIVAS COM ORDEM SV PRODUZIDAS POR ADULTOS	
E O CASO O NP ^{su}	30
3.2. GERUNDIVAS COM ORDEM SV PRODUZIDAS POR CRIANÇAS	
E O CASO O NP ^{su}	34
3.3. GERUNDIVAS COM ORDEM VS PRODUZIDAS POR ADULTOS	
E O CASO DO NP ^{su}	42
4. A ESTRUTURA DAS GERUNDIVAS ADVERBIAIS: ENCAMINHANDO PARA	
UMA SOLUÇÃO.....	49
4.1. LÍNGUAS COM PROBLEMAS CORRELATOS ÀS GERUNDIVAS.....	49
4.2. APLICAÇÃO DA TEORIA DO CASO NULO A NPs LEXICAIS.....	51
4.3. O CASO NULO E A ORDEM VS NAS GERUNDIVAS	
ADVERBIAIS.....	53
4.3.1. A VISÃO DE CHOMSKY 1992 PARA AS ORDENS SVO DO	
INGLÊS E VSO DO IRLANDÊS.....	54
4.3.2. [SPEC,TP] COMO LUGAR DE POUSO PARA NP ^{su} DO	
IRLANDÊS (Bobaljik & Carnie 1993).....	59
4.3.3. [SPEC,TP] COMO LUGAR DE POUSO PARA NP ^{su} DO	
PB.....	61
5. CONCLUSÃO.....	66
6. NOTAS.....	70
7. BIBLIOGRAFIA.....	80

INTRODUÇÃO

Embora com distribuição sintática distinta, sentenças de gerúndio com sujeito lexicalizado ou nulo são produzidas no Português do Brasil (PB) por adultos (1) e crianças (2):

- (1) a. Desaparecendo a causa, cessará o efeito (*in* Lima 1973:251)
b. Conhecendo o seu passado, confio no seu futuro (*in* Lima 1973:248)
- (2) a. A (=Raquel) passando (Raquel 20, *in* Britto 1993)
b. Zogando bola (Raquel 20, *in* Kato 1993)

As gerundivas produzidas por adultos devem apresentar "prescritivamente" a ordem VS, conforme sustentam as gramáticas normativas (cf. Cegalla 1976:338):

Pospõe-se, habitualmente, o sujeito ao verbo nos seguintes casos:
i) em orações adverbiais reduzidas de particípio ou de gerúndio:

"De manhã, acabado o almoco, a cólera estourou" (Machado de Assis).
Caindo o sol, a costureira dobrou a costura para o dia seguinte" (Machado de Assis).

A presença do sujeito lexicalizado, assim como a possibilidade de inversão neste tipo de construção, traz a princípio dois problemas para a teoria gramatical chomskyana.

O primeiro deles diz respeito ao Caso que deve ser atribuído ao NP_{sujeito} de gerundivas. Afinal, segundo a teoria sintática postulada por Chomsky até 1991, sentenças não finitas em geral têm como sujeito a categoria vazia PRO. Isto porque NP_{sujeito} devem

ser marcados com Caso nominativo, o qual se viabiliza na presença de INFL [+finito]. Consequentemente, as sentenças não finitas, por não serem aptas, a princípio, a atribuírem Caso nominativo, apresentam um sujeito como PRO, o qual não pode ter marcação Casual, em virtude de exigências da Teoria da Ligação. Todavia, a partir de 1991, passou-se a admitir que também PRO recebe Caso, porém um Caso mínimo, passível de ser atribuído apenas a esta categoria vazia. A questão consiste então no fato de que, se assumimos que o NP_{sujeito} de reduzidas de gerúndio ocupa a mesma posição de PRO, é preciso comprovar que o Caso atribuído a PRO, diferentemente do que afirmam Chomsky & Lasnik 1991, pode também ser atribuído a um NP lexical.

O segundo problema trazido pelas gerundivas do PB refere-se à ordem verbo-sujeito. O problema reside no fato de a ordem VS em línguas românicas como o português ter sido vinculada, segundo a literatura especializada de linha chomskyana, à presença de uma categoria AGR, rica o suficiente para ser capaz de recuperar a referencialidade do sujeito nulo presente em sua posição canônica - i.e., em [Spec,AGRsP]. Ora, embora o português possa ser considerado uma língua com morfologia verbal rica, as suas formas gerundivas, embora sejam tradicionalmente tratadas como tendo marcação aspectual morficamente realizada no morfema *-ndo*, não trazem marcação visível de AGR em Forma Fonética. Logo, não deveriam ser gramaticais sentenças gerundivas com ordem VS. Uma vez que sabemos que tais construções são bem formadas, somos levados a supor que provavelmente a ordem VS deve ser um fenômeno não diretamente relacionado aos traços de concordância.

É óbvio que hipotetizar o NP_{sujeito} lexical de gerundivas na posição de PRO, ou sua marcação mórfica aspectual implica supor,

como nas infinitivas, a projeção IP em tais sentenças, distintamente de algumas propostas gerativistas sobre formas não finitas, que sustentam a projeção de VP, ao invés de IP (cf. Radford 1990; Koopman & Sportiche 1990; Stowell 1981). Nas infinitivas, porém, existe um AGR que autoriza o sujeito lexical, no fenômeno peculiar do infinitivo pessoal.

Em virtude destes problemas tomei como objetivos deste trabalho o estabelecimento da projeção máxima correspondentes às estruturas gerundivas adverbiais, a formulação da verificação de Caso nos NPsuj de tais construções, assim como a explicação para a ordem VS dessas estruturas, procurando não vincular essas propriedades à concordância.

Assim sendo, o trabalho foi organizado do seguinte modo. No primeiro capítulo, exponho os dados relativos às gerundivas obtidos nas gramáticas normativas e em registros magnetofônicos de fala espontânea do PB. No segundo capítulo apresento um breve histórica da Teoria do Caso, desde Chomsky 1981 a Chomsky 1992. Os problemas para atribuição de Caso em gerundivas com ordem SV ou VS, assim como as diferentes propostas existentes na literatura para se determinar a projeção máxima correspondente a gerundivas são o tema do terceiro capítulo. Finalmente, no quarto capítulo apresento, com base no Irlandês e no Latim, argumentos empíricos a partir dos quais se faz possível estender a Teoria do Caso nulo, atribuído a PRO, a NPs lexicalizados. Desse modo, formalizo o modo como se dá a verificação de Caso de NP_{suj} lexical nas sentenças gerundivas do PB. Também deste capítulo, exponho a proposta de Kato & Tarallo 1987-1993, segundo a qual as construções com ordem VS do PB sofrem efeitos de um certo filtro para checagem de boa-formação estrutural cuja aplicação ocorre em

Forma Fonética (FF). De acordo com os autores, uma vez que a ordem VS está relacionada a restrições de caráter fonético, não mais se justifica aliar a ordem VS a propriedades de concordância. Isto faz com que se possa conceber este tipo de inversão em gerundivas, concepção esta inviável se considerarmos as propostas correntes na literatura especializada gerativista para o fenômeno de ordem VS em línguas românicas, como o Português, nas quais há esta vinculação.

As observações à guisa de conclusão são expostas na última seção do trabalho.

1. GERUNDIVAS ADVERBIAIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL: TIPOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO, HIPÓTESES E OBJETIVOS DO TRABALHO

1.1. O QUE DIZEM AS GRAMÁTICAS NORMATIVAS SOBRE AS GERUNDIVAS

De acordo com as gramáticas normativas do português, a função adverbial pode ser codificada em geral por uma oração reduzida ou oração finita, pois ambas têm mesma distribuição sintática, embora apresentem configuração estrutural distinta:

- (1) "Há povos que são felizes em não ter (=porque não têm) mais que um só tirano (M. de Maricá)"
(in Bechara 1975:236)
- (2) a. Ansiado, agarrou-se à árvore.
b. Porque estava ansiado, agarrou-se à árvore
(in Cintra & Cunha 1985:594)
- (3) a. Embora não seja médico, ele faz, todavia, curas milagrosas.
b. Não sendo médico, ele faz, todavia, curas milagrosas.
(in Lima 1973:246)

Quanto ao NP_{sub}, as gramáticas afirmam que, apesar de as adverbiais plenas e reduzidas poderem apresentar sujeito nulo, as primeiras podem trazer seu sujeito lexicalizado pré ou posposto ao verbo, ao passo que nas reduzidas especificamente de gerúndio apenas a ordem verbo-sujeito é considerada a norma padrão do português do Brasil (PB) atual¹.

Todavia, a partir da análise de Britto 1993 sobre gerundivas presentes na fala espontânea culta do PB, o que se constata, além dos fenômenos postulados pelas gramáticas normativas, é a ordem sujeito-verbo:

(4) a. "Agora, é engraçado que VOCE SAINDO DO BRASIL, a gente sente uma falta mui grande dessa parte de verdura" (NURC, Inq. 131)

b. Então o que sucede? VOCÊ VENDENDO AS ESTATÍSTICAS DE TRÁFEGO DE REPETIÇÃO DE CARGA, DE PESO POR RODA, você vê que as estradas brasileiras estão sendo solicitadas a tal ponto que não poderão resistir" (NURC, Inq. 355)

c. "Então um caso de dermatologia, entre um clínico pra discutir, entra um neurologista entra entendeu? Então ELE AGRUPANDO ficou muito melhor pra gente do que era entendeu?" (NURC, Inq. 328)

1.2. A OCORRÊNCIA DAS GERUNDIVAS NO PB

1.2.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Sob a hipótese de que falantes cultos do PB produzem gerundivas com ordem SV - além da ordem VS já postulada pelas gramáticas - em Britto 1993 realizei um estudo sincrônico quantitativo sobre o uso das gerundivas e a posição de seu sujeito.

1.2.1.1. OBJETIVOS EMPÍRICOS

O objetivo empírico geral de Britto 1993 foi o de assegurar que o fenômeno linguístico relativo à posição do

sujeito em sentenças adverbiais de gerúndio deve ser interpretado como fenômeno em variação, conforme definido por Labov 1963. O objetivo empírico específico, por sua vez, consistiu em se detectar os fatores sintáticos que privilegiam uma ou outra ordem e averiguar se, como nas orações finitas, também neste contexto a inversão VS deve ser considerada como a ordem menos produtiva no PB atual².

1.2.1.2. OBJETIVOS TEÓRICOS

Com base na hipótese de que as gerundivas adverbiais no PB podem apresentar tanto a ordem SV, quanto VS, Britto 1993 vislumbrou uma série de questões teóricas que poderiam ser levantadas uma vez confirmada esta hipótese.

A primeira questão que as gerundivas com ordem SV produzidas por adultos poderiam levantar para a teoria gramatical chomskyana diz respeito a sua projeção máxima. Isto porque este tipo de construção também é produzida por crianças na etapa de aquisição de linguagem denominada *fase de duas ou três palavras*. Segundo Radford 1990, Koopman & Sportiche 1991 e Stowell 1981, as gerundivas em geral projetam VP. Entretanto, vinculada a esta primeira questão, formulou-se uma outra: se projetam VP, como se daria a atribuição (ou verificação) de Caso ao NP_{sujeito} em tais construções e qual Caso lhe seria atribuído? Lembrando ainda que tal NP deve estar ocupando a mesma posição destinada a PRO - o que dificulta a questão relativa a Caso -, as gerundivas adverbiais certamente não parecem ter a distribuição sintática adequada à marcação excepcional de Caso. Também não se poderia

pensar no Caso nominativo, pois até Chomsky 1992 o nominativo vinculava-se de alguma forma à presença de traços de concordância (ausentes no gerúndio), ou na regência do NP_{sujeito} pelo verbo (existente apenas na ordem VS). Mas atualmente também a ordem VS em gerundivas levanta questões à atribuição Casual, visto que a partir de Chomsky 1992 a atribuição de Caso deve ser sempre na relação especificador-núcleo. Além disto, ordem VS na ausência de AGR "rica" em línguas como o português contradiz a literatura gerativista.

Assim sendo, em virtude do condicionamento da relevância destas questões à confirmação da hipótese acima mencionada, o objetivo teórico geral da etapa descritiva presente em Britto 1993 consistiu principalmente na necessidade de se assegurar a validade das questões teóricas formuladas para posteriormente serem respondidas.

Quanto aos objetivos teóricos específicos, Britto 1993 destacou três questões. A primeira diz respeito à hipótese de que, assim como se pressupõe para a segunda-coordenada em relação à primeira, a gerundiva cujo sujeito não é co-referente ao sujeito da sentença-raiz deveria apresentar seu sujeito lexicalizado - espelhando um fenômeno inverso ao postulado por Chomsky 1981 sobre o ambiente sintático para a ocorrência de elipse de NP.

Vinculada à primeira, a segunda hipótese baseou-se no pressuposto da relação entre posição da gerundiva em relação a sentença-raiz e possibilidade de lexicalização do sujeito³.

Apesar da boa formação de sentenças como *Terminado o trabalho, eu o deixo ir para casa*, a terceira questão teórica elencada foi baseada na hipótese de que, do mesmo

modo que as sentenças finitas, a ordem VS nas gerundivas do PB - excluindo-se os casos de inversão românica (EV(Y)S) - também deve ser considerada como um fenômeno local, restrito, por isso, a contextos específicos, ocorrendo primordialmente em estruturas com verbos mono-argumentais - ou, mais precisamente, quando o único elemento posposto ao verbo consiste no NF_{subj} (cf. Kato e Tarallo 1987, 1993).

1.2.2. METODOLOGIA PARA INVESTIGAÇÃO DAS

GERUNDIVAS

1.2.2.1. DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO

O *corpus* examinado foi composto de 15 entrevistas pertencentes ao acervo sonoro do Projeto Norma Urbana Regional Culta - NURC, dispostas da seguinte forma - ressaltando-se que de cada uma, cuja duração perfaz um período de aproximadamente sessenta minutos, foram examinados vinte minutos:

	TIPO DE INQUÉRITO	GRAU DE FORMALIDADE	DISTRIBUIÇÃO DIATÓFICA
INQUÉRITO 278	EF	[C+FORMAL]	PORTO ALEGRE
INQUÉRITO 045	DID	[C±FORMAL]	PORTO ALEGRE
INQUÉRITO 291	D2	[C-FORMAL]	PORTO ALEGRE
INQUÉRITO 337	EF	[C+FORMAL]	RECIFE
INQUÉRITO 131	DID	[C±FORMAL]	RECIFE
INQUÉRITO 005	D2	[C-FORMAL]	RECIFE
INQUÉRITO 379	EF	[C+FORMAL]	R. JANEIRO
INQUÉRITO 328	DID	[C±FORMAL]	R. JANEIRO
INQUÉRITO 355	D2	[C-FORMAL]	R. JANEIRO
INQUÉRITO 049	EF	[C+FORMAL]	SALVADOR
INQUÉRITO 231	DID	[C±FORMAL]	SALVADOR
INQUÉRITO 098	D2	[C-FORMAL]	SALVADOR
INQUÉRITO 405	EF	[C+FORMAL]	SÃO PAULO
INQUÉRITO 234	DID	[C±FORMAL]	SÃO PAULO
INQUÉRITO 360	D2	[C-FORMAL]	SÃO PAULO

TABELA I

O *corpus* segundo o grau de formalidade da elocução e a região geográfica do informante

1.2.2.2. LEVANTAMENTO E SELEÇÃO DOS DADOS

A coleta dos dados iniciou-se pela seleção das adverbiais desenvolvidas e reduzidas de gerúndio presentes no *corpus*, a fim de posteriormente serem separadas e codificadas. Entretanto, ao concluirmos a etapa preliminar de levantamento das gerundivas nos quinze inquéritos selecionados, deparamo-nos com um resultado que perfazia um total de apenas quarenta e duas sentenças, dentre

gerundivas com a mesma distribuição de adverbiais desenvolvidas, com distribuição distinta das adverbiais finitas, gerundivas com distribuição equivalente a coordenadas aditivas, além das gerundivas cujo gerúndio já faz parte de uma construção cristalizada - como em *Tirando (=exceto) o João, todos os alunos foram aprovados* (cf. Salles 1993).

A partir deste diminuto total - obtido em trezentos minutos de fala espontânea -, já pudemos confirmar o fato de que as gerundivas se mostram como uma classe de construção sintática não produtiva na língua falada, embora pareçam ainda bastante correntes em língua escrita. Quando ocorrem, privilegiam o sujeito nulo em oposição ao lexicalizado - qualquer que seja a posição deste em relação ao verbo.

Entretanto, uma observação mais cuidada das gerundivas especificamente adverbiais - que contaram vinte e quatro sentenças - levou-nos à identificação de dois grupos de estruturas com diferenças sistemáticas no que diz respeito à sua distribuição com relação a sentenças desenvolvidas correspondentes:

	DISTRIBUIÇÃO DA GERUNDIRA COM RELAÇÃO A DESENVOLVIDA CORRESPONDENTE	
	DISTRIBUIÇÃO = A DESENVOLVIDA	DISTRIBUIÇÃO ≠ A DESENVOLVIDA
GRUPO A	-	+
GRUPO B	+	-

TABELA II
Distribuição Sintática das Gerundivas Adverbiais

Tais grupos de sentenças foram identificados respectivamente como *adverbiais de modo* (5) e *demais adverbiais* (temporal, concessivo, causal condicional, etc) (6):

- (5) [[vai trocar de roupa] CORRENDO] (NURC, Inq. 98)
- (6) se ele aprender ah... [que [DIZENDO que nao quer ir] que nao vai, (...)] (NURC, Inq. 98).

Com base nesta divisão inicial entre adverbiais de modo e demais adverbiais, outras distinções estruturais foram sendo vislumbradas, ao serem consideradas as hipóteses teóricas específicas mencionadas anteriormente (cf. seção 1.2.1.2).

1.2.2.3. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA: VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS E SOCIAIS

Dentre os fatores linguísticos condicionadores selecionados em Britto 1993, para a descrição e conseqüente obtenção de uma tipologia configuracional das gerundivas, os principais foram: a *posição efetiva - e potencial - da gerundiva em relação à sentença-raiz* (se obrigatória ou opcionalmente pré ou pós-raiz); a *relação de controle entre a raiz e a gerundiva* (se o argumento-sujeito é o elemento controlador, se o objeto, se a raiz como um todo ou se o sujeito da gerundiva era não-controlado); a *presença - ou possibilidade - de a gerundiva*

portar sujeito lexical e sob qual ordem (se SV ou VS) e a classificação do tipo de verbo da gerundiva (se transitivo, intransitivo, inacusativo, etc).

As variáveis linguísticas foram acrescentadas ao estudo as variáveis extra-linguística, como região brasileira representada pelo dialeto do informante, sua faixa etária, assim como o grau de formalidade da elocução - com destaque para esta última, sob a hipótese de que na elocução [+formal] a ordem VS em gerundivas seria privilegiada, conforme prescreve a norma padrão oficial do PB.

1.2.3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO EMPÍRICO

Uma vez codificadas e submetidas ao programa estatístico probabilístico VARBRUL (cf. Scherre 1988, para explicações detalhadas acerca da operacionalidade desta etapa), foram obtidos os seguintes resultados:

		POS. DA GERUNDIVA EM RELAÇÃO A RAIZ			
		GER. POSPOSTA A RAIZ		GER. PREPOSTA A RAIZ	
G E R U N D I V A	DEMAIS				
	ADVER.	4	30%	10	70%
	POSSIB. REDUZ.				
	SUJEITO ADVER.				
	LEXICAL REDUZ.	-	-	-	-
	MODO				
	DEMAIS				
	ADVER.	-	-	-	-
	IMPOSSIB. REDUZ.				
	DE				
A	SUJEITO ADVER.				
	LEXICAL REDUZ.	10	100%	-	-
	MODO				

TABELA III

Possibilidade de lexicalização do NP_{sujeito} segundo o tipo de função adverbial veiculada pela reduzida de gerúndio e sua posição com relação à sentença-raiz

Tendo em vista o interesse específico de Britto 1993 no NP_{sujeito} lexical da gerundiva - pois, como já mencionado, a primeira pergunta teórica relevante (referente ao Caso deste NP) deveria ser formulada uma vez assegurado que ele ocupa a mesma posição de PRD, assim como a outra pergunta (relativa ao questionamento dos argumentos utilizados pela bibliografia especializada acerca do fenômeno pro-drop) só poderia ser levantada uma vez atestada a inversão VS (e, por isso, a presença do sujeito lexicalizado) -, foram desconsideradas as sentenças reduzidas com função adverbial de modo, como (7), já que se mostraram avessas à lexicalização do NP_{sujeito} 4:

- (7) a. "porque eu passo o dia inteiro na rua TRABALHANDO"
(NURC, Inq. 328)

b. "eu não acho que o público se manifestasse assim APLAUDINDO MUITO" (NURC, Inq. 231)

		DEMAIS ADVERBIAIS REDUZ. DE GERÚNDIO					
		C/SUJ. NULO		C/ ORDEM SV		C/ ORDEM VS	
ELEM.	SUJ.						
DA	DA	4	30%	7	50%	-	
RAIZ	RAIZ						
CONT.							
DO	OBJ.						
SUJ.	DA	2	15%	-		1	5%
GERUN	RAIZ						

TABELA IV

Tipo e ordem do NP_{su} nas adverbiais gerundivas segundo o elemento da sentença-raiz controlador do sujeito da gerundiva

Conforme indicado na Tabela III, as gerundivas com possibilidade de sujeito lexicalizado perfizeram um total de quatorze ocorrências no *corpus* analisado. Na Tabela IV se encontra o mesmo total. Logo, somos levados a concluir que as gerundivas adverbiais que podem apresentar sujeito lexical têm categoricamente seu sujeito controlado, sendo preferencial o controle exercido pelo sujeito da sentença-raiz⁵.

(8) a. "Agora, é engraçado que VOCE SAINDO DO BRASIL, a gente sente uma falta muito grande dessa parte de verdura" (NURC, Inq. 131)

b. Então o que sucede? VOCÊ VENDENDO AS ESTATÍSTICAS DE TRÁFEGO DE REPETIÇÃO DE CARGA, DE PESO POR RODA, você vê que as estradas brasileiras estão sendo solicitadas a tal ponto que não poderão resistir" (NURC, Inq. 355)

		DEMAIS ADVERBIAIS REDUZ. DE GERÚNDIO					
		C/SUJ. NULO		C/ ORDEM SV		C/ ORDEM VS	
	EF	3	22,5%	1	5%	1	5%
GRAU.							
DE							
FORM.	DID	-		2	15%	-	
DA							
ELOC.							
	D2	3	22,5%	4	30%	-	

TABELA V

Tipo e ordem do NP_{subj} nas adverbiais gerundivas segundo o grau de formalidade da elocução

Finalmente, confirmando o exposto na seção 1.2.2.3, a ordem SV em gerundivas é mais produtiva em elocução [-formal], conforme os resultados expressos na tabela V - o que faz com que pareça ser uma construção privilegiada pela língua falada, e não pela escrita. Afinal, embora fala e escrita sejam modalidades distintas, a língua falada [+formal] culta deve ser aquela que mais se aproxima do padrão escrito culto, sendo a recíproca verdadeira.

1.3. OBJETIVOS DO ESTUDO DAS GERUNDIVAS ADVERBIAIS DO PB

1.3.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Apesar do diminuto número de dados tratados por Britto 1993, os resultados indicaram a ocorrência no *corpus* abordado de gerundivas adverbiais apresentando a ordem que ao menos superficialmente deve ser considerada como SV. Por outro lado,

não houve registro algum de ocorrência da ordem VS em gerundivas com verbo transitivo - embora saibamos que estruturas como *Levando João ao trabalho, eu o deixo ir para casa* são consideradas bem-formadas. Mesmo assim, as questões teóricas esboçadas em Britto 1993 foram, a partir de seu trabalho empírico, validadas. Tais questões, que passo a expor detalhadamente, compuseram os objetivos desta dissertação.

1.3.2. OBJETIVOS TEÓRICOS

O primeiro problema suscitado para a teoria gramatical chomskyana por sentenças como (8) - repetidas abaixo como (9) - diz respeito à sua projeção máxima (X^{max}). Visto que não trazem traços de tempo e concordância morfológicamente expressos (diferentemente das sentenças finitas do português), seria possível deduzir, a partir de uma análise superficial, que sentenças de gerúndio projetam somente VP. Tal análise seria compatível com a proposta de Radford 1990 para sentenças produzidas por crianças no estágio de aquisição de linguagem denominado *estágio de duas ou três palavras*, conforme exemplificado em (10). Segundo o autor, a estrutura sentencial das crianças nesta fase de aquisição consiste em mini-orações, sob a mesma configuração que construções como (11):

(9) a. "Agora, é engraçado que VOCE SAINDO DO BRASIL, a gente sente uma falta mui grande dessa parte de verdura" (NURC, Inq. 131)

b. Então o que sucede? VOCÊ VENDENDO AS ESTATÍSTICAS DE TRÁFEGO DE REPETIÇÃO DE CARGA, DE PESO POR RODA, você vê que as estradas brasileiras estão sendo solicitadas a tal ponto que não poderão resistir" (NURC, Inq. 355)

- (10) a. Shaking (Allison 22, *in* Radford 1990 apud Kato 1993:3)
 b. Open. Baby open door (*idem*)
 c. Monsieur conduire (*in* Lighbown 1977 apud Kato 1993)
 c. Eating cereal (*in* Radford 1990 apud Kato 1993:6)
- (11) a. João viu [_{AP} Pedro triste]
 b. João viu [_{PP} Pedro com Maria]
 c. João considera [_{VP} Pedro um gênio]

Tendo em vista a similaridade estrutural entre (9)/(11) e (10) - diferindo apenas no fato de as sentenças produzidas por crianças poderem ser sentenças-raiz -, poderíamos estender a hipótese de projeção de VP, de Radford às sentenças adverbiais de gerúndio.

Esta mesma opinião é defendida por Stowell 1983⁶. Também Koopman & Sportiche 1991 compartilham esta idéia, pois, em lugar de postular que o sujeito de uma sentença nasce na posição [spec, IP], derivam o sujeito presente em estrutura-S de um sujeito interno a VP, de modo que em estrutura-D o VP gerundivo constituiriam mini-orações:

- (12) a. John considers [Mary intelligent].
 b. Bill wants [_{PP} Mary off his ship].
 c. Mary saw [_{VP} Bill eating soup].
 d. Mary saw [_{VP} Bill eat soup].
 e. will [_{VP} Bill eat soup] ----> Est-D
 Bill will [_{VP} t eat soup] ----> Est-S

O segundo problema trazido pelas gerundivas à teoria de Princípio e Parâmetros refere-se à argumentação teórica gerativista para o fenômeno pro-drop, segundo a qual, em línguas SVD com morfologia rica (cf. Rizzi 1988), o NP_{suj} pode não estar manifesto lexicalmente na sentença, ou estar posposto ao verbo, visto que pelo traço [+concordância] forte é possível recuperar sua referencialidade.

A questão é que a forma verbal gerundiva do português não porta traços de concordância explícitos morficamente; todavia, tanto o sujeito nulo quanto a inversão verbo-sujeito são passíveis de ser encontrados nas estruturas que apresentam esta forma verbal:

- (13) a. TERMINANDO JOÃO SUAS TAREFAS, o professor o dispensará.
 b. TERMINANDO SUAS TAREFAS, João irá para casa.

Quanto à inversão verbo-sujeito, ela é tida na literatura especializada como fenômeno relacionado à presença de AGR "rica". Ora, estruturas como as gerundivas - que não apresentam marcação verbal de concordância - parecem indicar que a relação estabelecida entre *recuperabilidade de referência-morfologia rica-sujeito nulo e ordem VS* é passível de ser questionada. Por outro lado, a possibilidade de sentenças não-finitas (como as gerundivas) trazerem seu sujeito nulo faz pressupor que esta categoria vazia consiste em um PRO. Como se sabe, devido à Teoria da Ligação, a categoria vazia PRO - compostas pelos traços [+anáfora] e [+pronome] - não pode ter categoria de regência, pois isto violaria os princípios A e B do componente de ligação da gramática (cf. Chomsky 1981-2, dentre outros). Disto, derivou-se que PRO não possui regente - denominando-se tal derivação e suas implicações de *o Teorema de PRO*. Logo, a possibilidade de sujeito expresso lexicalmente na ordem SV em gerundivas leva-nos ao terceiro problema, que diz respeito à atribuição Casual para NP_{sujeito} no tipo de estrutura abordada neste estudo. Afinal, se considerarmos que os sujeitos nulo (PRO) e lexical ocupam uma mesma posição, teremos que

admitir que NPs lexicalizados não sejam regidos e, portanto, não tenham Caso, violando o Filtro de Caso⁷.

Em virtude destas questões, foram estabelecidos três objetivos para este trabalho:

1) estabelecer a projeção máxima referente às gerundivas adverbiais no PB;

2) formular uma solução que possibilite a verificação de Caso a NP_{su} nestas construções;

3) explicar o porquê de as gerundivas apresentarem ordem VS, vinculando o fenômeno de inversão a questões não-mórficas.

2. QUADRO TEÓRICO: A TEORIA DO CASO

2.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

A Teoria Gerativa assume que o sistema de conhecimento do falante de uma língua particular - i.e., sua gramática interiorizada, ou sua competência - é organizado em módulos (ou sub-teorias, ou componentes) autônomos - porém interativos -, cada qual regido por princípios independentes, invariáveis e universais. Assim, o módulo temático conta com o critério temático; a sub-teoria X-barra, com o princípio de endocentricidade; o componente Casual com o Filtro de Caso.

Estipulado por Vergnaud 1982 a partir de filtros de superfície propostos por Chomsky & Lasnik 1977, o Filtro de Caso detinha-se a princípio com relação apenas à distribuição de NPs foneticamente realizados - uma vez que o argumento morfológico não poderia ser generalizado universalmente, pois apenas algumas línguas como o russo, irlandês, japonês, dentre outras apresentam Caso mórfico (cf. Lasnik & Uriagereka 1988).

Exemplos como (1), todavia, vieram, a princípio, por a prova tal estipulação do Filtro, uma vez que vestígios de movimento de elemento-Q pareciam ter a mesma distribuição de NPs

lexicalizados - o que faria com que o Filtro de Caso respondesse também pela distribuição de tais categorias vazias:

- (1)
- a. *Who does it seem [t to be here]
 - b. *Who are you proud [t to be here]
 - c. *Who are you proud t
 - d. Who did you see

A fim de manter o Filtro de Caso proposto por Vergnaud, estipulou-se, então, que, em exemplos como (1), o vestígio do elemento-Q receberia Caso, pois ele o teria de transmitir por cadeia ao seu antecedente lexicalizado - i.e., o elemento-Q propriamente.

Novamente, mais exemplos, como em (2), vieram indicar a debilidade da definição do Filtro, visto que vestígios de movimento de elemento-Q deviam estar em posição passível de receber Caso, mesmo quando o antecedente não precisava necessariamente estar presente de modo lexicalizado na estrutura:

- (2)
- a. The man (who) I see.
 - b. *The man (who) it seems to be here.
 - c. *The man (who) I proud.

Assim sendo, ficou patente que, indubitavelmente, NPs foneticamente realizados e variáveis (vestígios de movimento de operador) deveriam ter Caso. Além disso, as análises sobre a categoria pro - o sujeito pronominal nulo que, em línguas como o espanhol e o português, ocorre tipicamente como sujeito de sentenças finitas - também vieram indicar que sentenças com pro sem Caso seria mal-formadas.

Visto que NPs, variáveis e pronomes não constituem uma classe natural, passou-se então a vincular a Teoria do Caso à

Teoria Temática, de maneira que argumentos precisariam de Caso - nominativo, se NP_{sujeito}; acusativo, se NP_{objeto}; oblíquo, se regido por preposição, etc. - pois só assim ficariam visíveis tematicamente em FL.

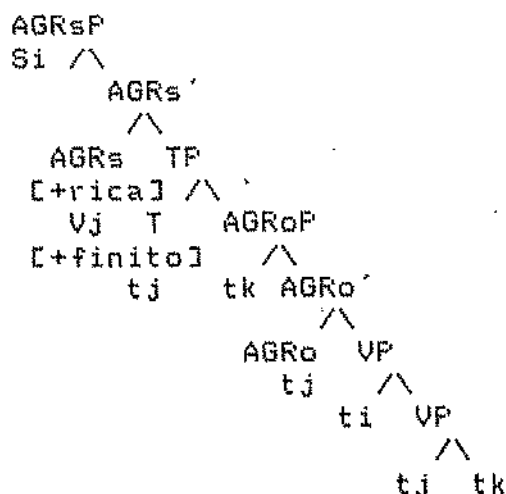
O fato é que, embora tendo sido obtida uma satisfatória uniformização dos elementos que deveriam ser marcados por Caso mediante a vinculação de atribuição de Caso a argumentos, até 1991 a assimetria entre atribuição de nominativo e acusativo ainda não havia sido solucionada. Afinal, desde Chomsky 1981 até Chomsky & Lasnik 1991 era possível se distinguir dois tipos de atribuição Casual: o *Caso estrutural* - que consistia numa propriedade configuracional (como o núcleo I atribuir Caso ao seu especificador), sem qualquer vinculação com relações semânticas ou temáticas entre o atribuidor do Caso e a categoria a qual o Caso era atribuído - e o *Caso inerente* - dependente da relação temática entre atribuidor e atribuído. Além disso, na atribuição de Caso estrutural, verificava-se uma configuração estrutural específica baseada na relação *especificador-núcleo* (denominada *relação de concordância*), ao passo que na atribuição de Caso por regência a configuração estrutural estava baseada na relação *núcleo-complemento*. Na formalização desta assimetria entre Caso nominativo, atribuído na relação de concordância (com INFL [+finito], conforme em Chomsky 1981), e Caso acusativo, atribuído sob regência, era utilizada a noção de regência, segundo a qual *a rege b se a c-comanda b e não há barreiras entre a e b*.

2.2. A TEORIA DO CASO EM VIGOR: ATRIBUIÇÃO (OU VERIFICAÇÃO) DE CASO EXCLUSIVAMENTE EM POSIÇÃO DE ESPECIFICADOR DE CATEGORIA FUNCIONAL

2.2.1. A PROPOSTA DE CHOMSKY & LASNIK 1991

Incomodados com a formulação insatisfatória, visto que disjunta, entre atribuição de Caso nominativo por concordância e Caso acusativo por regência - considerando-se ainda que, com a hipótese do sujeito interno a VP, de Koopman & Sportiche 1990⁸, já se encontrava resolvida a questão da assimetria entre atribuição de papel temático para sujeito e objeto - Chomsky & Lasnik 1991, ao afirmarem que "apart from the Case relation, c-command appears to be the appropriate basis for government" (Chomsky & Lasnik 1991:81)⁹, propuseram que tanto o Caso nominativo quanto o acusativo deveriam ser atribuídos sob a relação de concordância numa configuração como em (3):

(3)



Certamente, a explosão de núcleos funcionais (cf. Pollock 1989, Belletti 1990, e outros) consistiu na reformulação teórica que permitiu esta uniformização.

2.2.2. PRO E O CASO NULO ATRIBUÍDO SOB A CONFIGURAÇÃO SPEC-NÚCLEO

No cuidado de impedir que, em estruturas como *João_i foi elogiado v_i pelo professor* o mesmo papel temático fosse associado a *João* e a seu vestígio (o que violaria o Critério Temático) -, derivou-se a primeira versão da Condição de Visibilidade, com base na noção de cadeia. Segundo esta versão, uma cadeia é visível para marcação temática se possui uma posição Casual. Entretanto, pelo fato de o argumento PRO dever se encontrar em posição não-marcada por Caso - pois, por motivos independentes vinculados à Teoria da Ligação, PRO não pode ser regido -, fez-se necessário alterar a Condição de Visibilidade. Ficou estabelecido que a cadeia deveria ser nucleada por uma posição Casual ou nucleada por PRO a fim de ser visível para a marcação temática.

Assumindo esta definição da Condição de Visibilidade, Chomsky & Lasnik 1991 começaram a apontar problemas quanto ao comportamento do argumento-sujeito PRO quando levada em conta esta Condição - inadequada, vale a ressalva, pois que disjunta - em estruturas como (4):

- (4)
- a. John tried [to be arrested]
 - b. John tried [PRO to be arrested t] ----- estrutura-S
 - c. John tried [e to be arrested PRO] ----- estrutura-D

Segundo os autores (cf. também Martin 1992), em (4), de acordo com a Condição de Visibilidade exposta acima, PRO não precisaria mover-se, pois já em estrutura-D, poderia ser marcado tematicamente, conquanto em uma posição não-marcada por Caso.

Frente a exemplos como (4), Martin 1992 afirma que

One possibility is that PRO is allowed to move in violation of "last resort" in order to escape the government from the embedded verb. However, we may question this line of reasoning since the requirement that PRO is ungoverned is derived from Conditions A and B of Binding Theory, which plausibly hold only at LF (see Chomsky & Lasnik 1991 and Chomsky 1992). If the Binding Theory applies at LF, there is no reason that PRO could not be governed at S-structure (Martin 1992:6)

A outra possibilidade levantada pelos autores para explicar (4) seria justificar o movimento de PRO em virtude da satisfação do Princípio de Projeção Estendido (PPE), de Chomsky 1981, segundo o qual toda sentença deve ter um sujeito em estrutura-S. O problema é que sentenças como (5a) e (5b) (cf. (21) in Martin 1992 e (308) in Chomsky & Lasnik 1991 respectivamente) indicam que a inserção do expletivo deveria satisfazer o PPE, e PRO *in situ*, satisfazer a Condição de Visibilidade - e, por isto, não haveria razão para as estruturas serem mal-formadas:

- (5) a.*A man tried [_{CP} [there to be arrested PRO]]
b.*We never expected [_{CP} [there to be found PRO]]

A solução dada por Chomsky & Lasnik 1991 para explicar (4) e (5) foi afirmar que PRO comporta-se como qualquer outro argumento, pois também move-se de uma posição sem Caso para uma posição Casual - e por isso também deve verificar seu Caso.

Todavia, os autores mantêm a coerência teórica ao não atribuir a esta categoria vazia - que canonicamente ocupa a posição de sujeito - o Caso nominativo, visto que este só pode ser verificado na presença de INFL [+finito], conforme já apontado.

Para concluir, Chomsky & Lasnik propõem, então, a hipótese do Caso nulo e afirmam que tal Caso pode ser checado somente por PRO - por ser um NP definido como NP_{mínimo}, já que não possui autonomia nem fonética, nem referencial. O núcleo funcional que verifica o Caso nulo é, por sua vez, INFL [-finito] com PRO em seu especificador.

2.2.3. A PROPOSTA DE CHOMSKY 1992

De acordo com o programa minimalista chomskyano, o papel do módulo Casual da gramática passou a ser o de verificação na sintaxe - especificamente nos núcleos AGR e T - dos traços relativos a tempo e concordância que se encontram em V já no léxico, assim como dos traços relativos a gênero, número e Caso também trazidos do léxico pelos NPs.

Quanto aos traços relativos aos elementos funcionais TEMPO e CONCORDÂNCIA, o autor afirma que

the morphological features of Tense and AGR have two functions: they check properties of the verb that raises to them, and they check properties of the noun phrase that raises to their specifier position.

No que diz respeito especificamente ao sintagma nominal, Chomsky afirma que o traço relativo ao núcleo TEMPO deve verificar o Caso nominativo do NP, ao passo que o relativo aos

pro-drop, mas não esclarecem a princípio quanto à ordem SV em sentenças não-finitas, quando S é um NP lexical, assim como não permitem solucionar o fenômeno de ordem VS em línguas SVO, pois as estruturas não apresentam outro lugar de pouso para NP_{sujeito} que não [spec, AGRsP].

3. A ESTRUTURA DAS GERUNDIVAS ADVERBIAIS: PROBLEMAS

3.1. GERUNDIVAS COM ORDEM SV PRODUZIDAS POR ADULTOS E O CASO DO NP_{sujeito}

Segundo Britto 1993, as gerundivas adverbiais - especificamente as com a ordem até o momento denominada SV - apresentaram preferencialmente seu sujeito lexicalizado co-referente ao sujeito da sentença-raiz (ora nulo, ora expresso lexicalmente) - como em (1) e (2):

- (1) a. "De Vitoria lá deve ser um pedaço ainda; mas eu, e como alternativa, quer dizer, VOCÊS NÃO TENDO NENHUM PROGRAMA MELHOR...vão por este (superposição)" (NURC, Inq. 355)
- b. "Então um caso de dermatologia, entra um clínico pra discutir, entra um neurologista entra entendeu? Então ELE AGRUPANDO ficou muito melhor pra gente do que como era entendeu? muito...separado especializado du/dua/dum departamento com duas disciplinas só" (NURC, Inq. 328)
- (2) "Então o que sucede? VOCÊ VENDO AS ESTATÍSTICAS DE TRÁFEGO, DE REPETIÇÃO DE CARGA, DE PESO POR RODA, ETC, VOCÊ vê que as estradas brasileiras estão sendo solicitadas a tal ponto que não poderão resistir tecnicamente" (NURC, Inq. 355)

Em se tratando das construções (1), a co-referencialidade atestada entre o NP preposto ao verbo gerundivo e o sujeito pronominal nulo da sentença-raiz certamente não deveria chamar-nos a atenção, não fosse (i) a existência de

sentenças como (3) - em que claramente temos um NP deslocado (no sentido de Ross 1967 apud Callou et al. 1990 e Kato 1993); (ii) o PB ser uma língua de proeminência de tópico (cf. Pontes 1987, Callou et al. 1990; Kato 1989; Galves 1989), assim como (iii) ser uma língua de sujeito nulo. Isto porque, uma vez aliados (ii) e (iii) - e levando em conta a presença de estrutura como (3) no corpus -, tanto (4a) quanto (4b) poderiam ser interpretadas como representação de (1) - repetidas abaixo em (5):

(3) $[_{XP} [_{OS_SOCIOLOGISTAS_NÉ_ENRE_ASPAS_DO_DIREITO}]] [_{IP} [_{SENDO_MAIS_RADICAIS}]]$ [entao pro diriam não há de jeito nenhum complementaridade]]]" (NURC, Inq.)

(4) a. $[_{XP} [_{NP_DESLOCADO}]] [_{IP} [_{SUJEITO_i} VERBO_GERUNDIVO}]]]$
 b. $[_{IP} [_{SUJEITO_LEXICAL} VERBO_GERUNDIVO}]]]$

(5) a. $[_{NP_VOCÊS}]] [_{IP} [_{PRO_NÃO_TENDO_NENHUM_PROGRAMA_MELHOR}]]$ [pro vão por este]].
 b. $[_{IP} [_{VOCÊS_NÃO_TENDO_NENHUM_PROGRAMA_MELHOR}]]$ [pro vão por este]].
 a. $[_{NP_ELE_i}]] [_{IP} [_{PRO_i} AGRUPANDO]]$ [expl $\emptyset$ ficou muito melhor pra gente]].
 b. $[_{IP} [_{ELE_AGRUPANDO}]]$ [expl $\emptyset$ ficou muito melhor pra gente do que como era]].

Concomitantemente, dados de sentenças finitas colhidos das mesmas quinze entrevistas usadas para o levantamento das gerundivas indicavam que, assim como os linguistas, os falantes do PB também conhecem o valor de um resumptivo para desambiguar estruturas como (4). Afinal, exemplos como (6) - que apresentam clara configuração de NP deslocado - podem ser vastamente encontrados, assim como (7) (cuja diferença com relação a (6) consiste em NP deslocado e NP sujeito co-referentes não se encontrarem adjacentes):

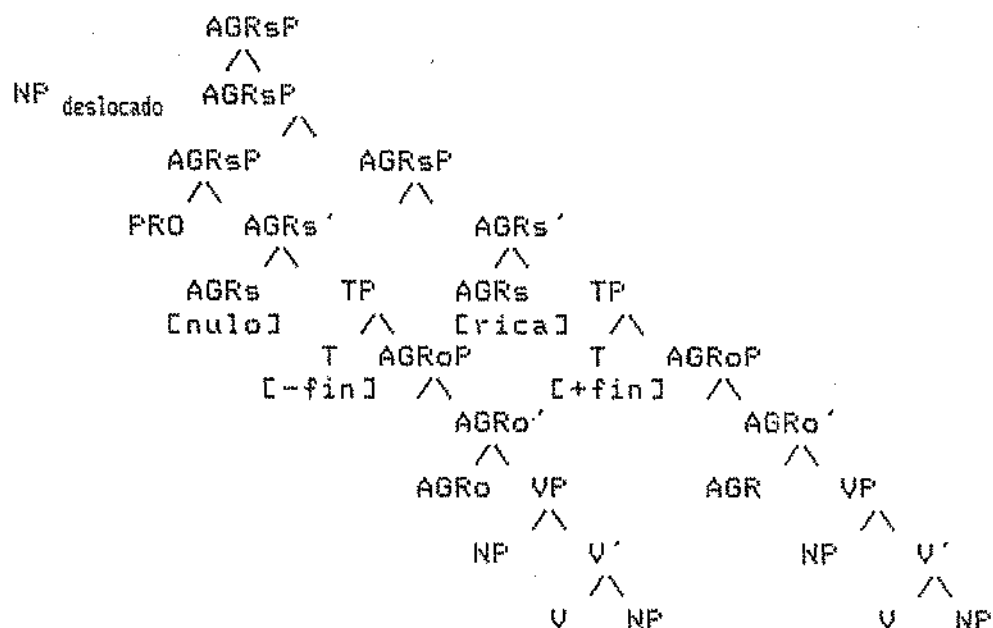
- (6) a. "O livro aí do Pierre-Jorae, ele, eh, localiza um ponto bastante importante" (NURC)
 b. "e graças a Deus no nosso curso os estudantes eles elogiam muito o curso de dermatologia" (NURC)
 c. "então essas glândulas elas não desenvolvem" (NURC)
- (7) a. "porque o meu marido todos os meses ele vai pra Caxias" (NURC)
 b. "todas as categorias mesmo que tenham subcategorias elas terão dentro delas próprias níveis de gradação" (NURC)

Comparados com (8), os dados referentes às sentenças finitas, principalmente os que não apresentam adjacência entre $NP_{\text{deslocado}}$ e NP_{subj} , apontaram a similaridade configuracional entre ambas as estruturas, permitindo interpretar a ordem *SVO* da gerundiva como $NP_{\text{deslocado}} + PRO + VO$, visto que a adverbial não-finita deve desempenhar o mesmo papel de elemento adjungido desempenhado por *todos os meses* (em 7a) e *mesmo que tenham subcategorias*¹¹ (em 7b):

- (8) a. "Então o que sucede? VOCÊ VENDENDO AS ESTATÍSTICAS DE TRÁFEGO, DE REPETIÇÃO DE CARGA, DE PESO POR RODA, ETC, VOCÊ VÊ que as estradas brasileiras estão sendo solicitadas a tal ponto que não poderão resistir tecnicamente" (NURC, Inq. 355)
- b. "Agora, é engraçado que VOCÊ SAINDO DO BRASIL, a gente SENTE uma falta muito grande dessa parte de verduras" (NURC, Inq. 131)

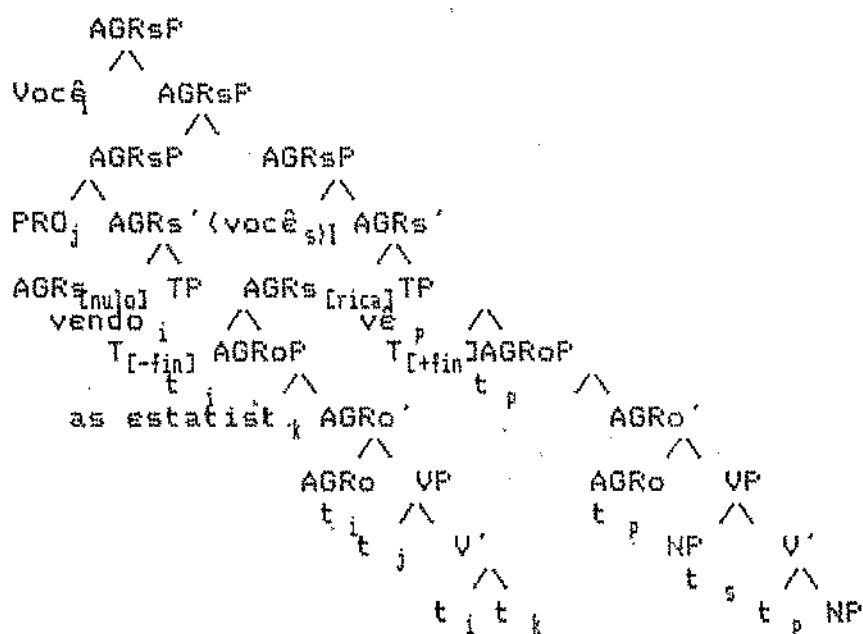
Desta interpretação - aliada às considerações de Chomsky & Lasnik 1991 e Chomsky 1992 abordadas no segundo capítulo deste estudo-, a seguinte projecção para gerundivas classificadas até então como sentenças SV pode ser obtida:

(9)



Aplicando (9) a (8a), obtém-se:

(10)



Obviamente que, assim como (8a), sentenças como (11) - que são bem-formadas no português, mas que não constam no *corpus*

- terminariam com qualquer ambiguidade quanto ao estatuto do NP anteposto à forma gerundiva:

(11) Um engenheiro, ele vendo as estatísticas, ele vê (...).

Todavia, uma vez chegado à formalização (10), é importante lembrar que, se de fato temos um NP deslocado nas gerundivas adverbiais, não há problemas quanto ao seu Caso, pois a Teoria Casual deve responder apenas pelas projeções que ocupam posição argumental.

Por outro lado, caso a similaridade estrutural entre (6)/(7) e (8) seja apenas aparente - devendo o NP preposto à forma gerundiva ser interpretado como sujeito -, retornamos ao problema de se estabelecer qual o Caso que lhe deve ser atribuído.

3.2. GERUNDIVAS COM ORDEM SV PRODUZIDAS POR CRIANÇAS E O CASO DO NP_{suj}

Precisamente, esta segunda interpretação parece ser a adequada para estruturas produzidas por crianças na etapa de aquisição de linguagem denominada de duas ou três palavras.

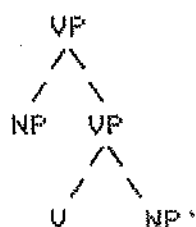
Aliás, a título de formalizar as gerundivas com ordem SV, Kato 1993, diferentemente de Radford 1990, sugere um estudo comparado entre as sentenças subordinadas do tipo reduzidas presentes na fala dos adultos e as formas de predicação produzidas por crianças em seu estágio inicial de aquisição de

linguagem - formas estas que são caracterizadas, dentre outros fatos, por terem verbos saturados por argumentos nulos ou lexicais, ausência de flexão de tempo e concordância e presença de formas verbais não-finitas, conforme exemplo em (12) e (13):

- (12) a. Shaking (Allison 22, *in* Radford 1990 apud Kato 1993:3)
 b. Open. Baby open door (idem)
 c. Monsieur conduire (*in* Lighbown 1977 apud Kato 1993)
 d. Eating cereal (*in* Radford 1990 apud Kato 1993:6)
- (13) a. Zogando bola (Raquel 20, *in* Kato 1993:6)
 b. A (= Raquel) passando (Raquel 20, *in* Britto 1993)

Para Radford 1990, sentenças gerundivas, infinitivas e participiais produzidas por crianças - exemplificadas em (13) - projetam VP - como em (14) - uma vez que a fala de crianças no estágio de duas ou três palavras não apresenta categorias funcionais:

(14)



Segundo o autor, nessa etapa de aquisição de linguagem, os pequenos falantes contam a) com um léxico categorizado - enriquecido com especificações quanto às estruturas de subcategorização e temática - e b) com os princípios básicos da gramática - representados pelo módulo X-Barra. A partir dessa gramática mínima são capazes de combinar palavras, de maneira

sistemática e produtiva, a fim de criar estruturas como sintagmas e sentenças.

Constatando-se a similaridade entre as sentenças subordinadas do tipo reduzidas presentes na fala dos adultos e as formas de predicação produzidas por crianças em seu estágio inicial de aquisição de linguagem, seria possível estender a análise de Radford às gerundivas adverbiais tratadas neste trabalho.

Entretanto, a proposta de Radford 1990, já formalmente, apresenta problemas, uma vez que entra em conflito com a Teoria do Caso, por invalidar a vinculação, expressa pelo Critério de Visibilidade, do Filtro de Caso à Teoria Temática. Tal conflito instaura-se na argumentação de Radford 1990 em virtude dos seguintes fatos: a) o autor estipula que, na representação da fala de crianças no estágio de duas ou três palavras, os módulos responsáveis pelo léxico, pela interpretação semântica e interpretação fonológica, além dos princípios básicos da gramática, já estão devidamente ativados; b) o autor estipula também que os NPs presentes nas estruturas deste estágio não portam Caso, pois, para ele, Caso nominativo, por exemplo, é uma propriedade funcional atribuída por uma categoria funcional (INFL) a outra categoria funcional (DP). Já que, na visão do autor, a fala de crianças não porta categorias funcionais, tal sistema de atribuição Casual não se realiza; c) a questão, todavia, é explicar de que forma, então, os papéis temáticos já projetados do léxico - como o próprio Radford admite - podem ser interpretados em Forma Lógica, se os argumentos que os portam - quer sejam NPs, quer sejam DPs - não se tornam visíveis mediante

recebimento de Caso - quer em estrutura-S, Forma Fonética ou Forma Lógica.

Kato 1993, por sua vez, propõe que crianças nesta fase projetam categorias funcionais. A fim de sustentar tal estipulação teórica, a autora argumenta primeiramente que, conforme Hyams 1987, crianças são sensíveis à morfologia flexional - especificamente ao afixo nominal de marcação de plural -s e os afixos verbais não-finitos -ing e -en, que são as marcas morfológicas encontradas em sua fala - e valem-se desta para determinar as classes de palavras, o que indica a categorização do léxico. Isto revelaria, segundo Kato, o porquê de os dados de fala de crianças não apresentarem erros quanto à classe de palavras e sua forma, conforme observa Maratsos 1982 (cf. Kato 1993:6). Assim, o diminuto inventário de afixos verbais - denominados não-finitos (i.e., afixos infinitivos, gerundivos e participiais) - seria exatamente o que, nas fases iniciais de linguagem, diferenciaria a categoria lexical *verbo* das demais.

Interpretando, por outro lado, exemplos como (15) apresentados por Tsimpli 1991, Kato 1993 complementa sua argumentação, afirmando que se crianças gregas durante o estágio de duas ou três palavras produzem erros de concordância, não produzem em momento algum erros "morfológicos" - i.e., afixação de morfemas nominais em verbos, ou afixos verbais em nomes:

- (15) grego (apud Kato 1993):
 a. pji ato ego (drink-3s this I = I will drink this).
 b. miizi katses (smell-3s socks = The socks smell).

Visto que, segundo as especificações da Teoria X-Barra, é a categoria INFL que seleciona VP e visto que os dados de

aquisição não apresentam erros de afixação de morfemas, a autora conclui que

Children know which functional heads c-select which lexical categories. Assuming that the X-bar schema is part of UG, the identity of X as a category is dependent on the functional head that governs it (Kato 1993:7).

Assim, a proposta da autora é a de que as construções realizadas por crianças na chamada fase de duas ou três palavras consistem em uma projeção de núcleo funcional INFL não-finito, como a apresentada em (16):



Também Blomm 1990 julga que crianças representam exatamente a gramática dos adultos desde muito cedo. Segundo o autor, as diferenças audíveis entre uma e outra produção de linguagem resulta apenas da existência de limitações de processamento por parte das crianças. Tal limitação parece espelhar-se na relação citada por Bloom entre o não-aparecimento de constituintes sintáticos e o comprimento da sentença, segundo a qual a probabilidade de um constituinte ser omitido aumenta em função do comprimento da sentença¹². Sobre, então, o estágio de aquisição de linguagem denominado de duas ou três palavras, Bloom sustenta que o que a criança diz não é reflexo do que sabe, pois, segundo seus dados, uma mesma criança é capaz de dizer (17) e outras combinações, o que, de acordo com o autor, parece indicar

que o falante domina a estrutura argumental do verbo *put* - que selecciona *um argumento externo e dois argumentos internos*, sendo, pela categorização temática, o primeiro *tema* e o segundo *locativo*:

- (17)
- a. I put.
 - b. Put book.
 - c. Put table.
 - d. Book table.

Comparando-se então as propostas de Radford e Kato, constatamos primeiramente que a de Kato não gera quaisquer problemas formais frente ao Critério de Visibilidade, visto que é baseada na projecção de uma categoria funcional. Além disso, tal proposta está inteiramente de acordo com a forma de tratamento que deve ser dada as já conhecidas questões centrais do programa de investigação da Gramática Gerativa (cf. Chomsky 1988:4,133) - a saber:

1. What do we know when we are able to speak and understand a language?
2. How is this knowlegde acquired?
3. How do we use this knowledge?
4. What are the physical mechanisms involved in the representation, aquisition, and use of this knowledge?

Afinal, segundo consta, com relação às questões (1) e (2), é sustentado pela teoria, que

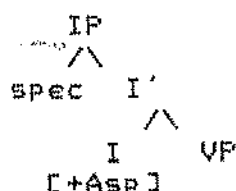
qualquer proposta relativa ao tipo de conhecimento iniciais que a criança traz para o processo de aquisição tem de poder explicar adequadamente o carácter dos conhecimentos adquiridos relativamente a uma língua particular; e inversamente qualquer proposta quanto ao carácter dos conhecimentos sobre uma língua particular tem de ser compatível com os conhecimentos iniciais da criança e com o facto de a aquisição e o desenvolvimento dessa língua serem feitos a partir de conhecimentos iniciais (Raposo 1992:28).

Logo, tratar as gerundivas produzidas por crianças e adultos sob uma base argumentativa compatível a ambas revela uma posição teórica coerente com a proposta do programa de trabalho gerativista. Entretanto, para uma aplicação satisfatória da abordagem de Kato às gerundivas produzidas por adultos - explicando-se inclusive o fato de as gerundivas de crianças serem sentenças-raiz, ao passo que as dos adultos são necessariamente sentenças-dependentes -, é necessário considerarmos os seguintes itens:

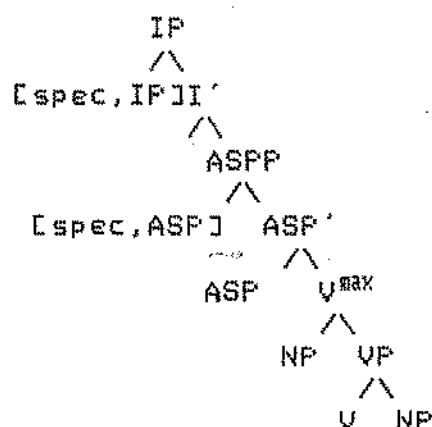
1) os princípios da Teoria X-Barra são inatos; logo, a seleção da categoria V pela categoria funcional INFL consiste num universal;

2) segundo os dados presentes em estudos de aquisição de linguagem, a noção de aspecto é adquirida pela criança anteriormente às noções de tempo e concordância. Considerando-se que o traço aspectual [$\pm$ concluso] responde no português pela distinção entre as formas nominais de gerúndio e particípio - sendo o gerúndio o imperfeito (processo inconcluso), ao passo que o particípio é de aspecto concluso ou perfeito (cf. Camara 1984:103, dentre outros) -, a categoria funcional INFL projetada por crianças poderia ter seu núcleo marcado apenas pelo traço [+ASP], ou mesmo tratar-se de uma projeção ASPF (i.e. sintagma aspectual, adaptando Koopman & Sportiche 1990:21), o que resultaria nas seguintes formalizações ¹³:

(18)



(19)



3) uma vez adquiridos TEMPO e CONCORDÂNCIA, as crianças passariam a ter suas sentenças-raiz - ou as encaixadas e adjuntas finitas - apresentando estes traços e deslocariam para contextos adjuntos e encaixados a sentenças-raiz as estruturas não-finitas, chegando à mesma distribuição presente na fala dos adultos.

Tal distribuição (i.e., não-finitas em contextos exclusivamente dependentes) presente na fala de adultos e de crianças que já adquiriram o sistema flexional inteiramente deve-se, conforme exposto no capítulo dois deste trabalho, a princípios da Teoria do Caso, pois o Caso nominativo deve ser verificado pelos traços-NP presentes no núcleo [+finito] da projeção funcional TP (cf. Chomsky 1992:44). Por isso, sentenças não exclusivamente dependentes, sem T [+finito] deverão ser mal-formadas por não checagem o Caso nominativo de seu NP_{subj}. Aliás, Raposo 1992, ao tratar da agramaticalidade de sentenças como (20) já destacara a vinculação que deveria haver entre Caso nominativo e T [+finito]:

(20) Eles falarem sozinho.

Segundo o autor, (20) deveria ser bem-formadas, visto que não viola princípios das Teorias Temáticas e da Ligação e também não deveria violar os princípios da Teoria do Caso, pois a sentença possui o traço [+Concordância], responsável até então pela atribuição de Caso nominativo ao NP_{sujeito} *e/les*. Alegando então que se AGR do português fosse efetivamente um atribuidor de Nominativo, sentenças como (20) seriam gramaticais. Raposo propõe que "possivelmente as orações *independentes* e as orações *principais* necessitam de uma âncora temporal" (Raposo 1992:348) - assim como as encaixadas finitas.

Mas então como explicar a atribuição de Caso ao NP_{sujeito} - nulo ou lexical - nas sentenças gerundivas produzidas por crianças na fase de aquisição de linguagem mencionada? Segundo Kato 1993, as orações não-finitas têm também uma âncora temporal nula, que, como PRO sem antecedente, é contextualmente interpretado. Todavia, não têm AGR, e, se o nominativo consiste numa conjunção destes dois núcleos, a propriedade Casual nestas construções torna-se alvo de questões.

3.3. GERUNDIVAS COM ORDEM VS PRODUZIDAS POR ADULTOS E O CASO DO NP_{sujeito}

As línguas classificadas, de acordo com a Teoria da Regência e Ligação (TRL), como pro-drop foram assim denominadas pelo fato de apresentarem, dentre outras características, sentenças com sujeito não lexicalizado e construções com inversão sujeito-verbo:

- (21) a. [e] Protestó contra las armas nucleares.
b. Lo hizo Ana (In Kempchinsky 1984)
- (22) a. [e] Viajou em seu carro.
b. Apareceu um menino
- (23) a. [e] Verrá.
b. Ha telefonato il Presidente (In Rizzi 1988)

Embora haja análises do português do Brasil que parecem indicar que a propriedade sujeito nulo e a propriedade inversão do sujeito não devem ser associadas na descrição do parâmetro pro-drop (cf. Nascimento 1984 e Kempchinsky 1984), difundiu-se na literatura gerativa a seguinte argumentação a respeito do fenômeno pro-drop: as línguas que apresentam um sistema morfológico de concordância verbal denominado rico (cf. Rizzi 1988) ou uniforme (cf. Jaeggli & Safir 1989) é que possibilitam a não realização fonética do NP sujeito e viabilizam a inversão sujeito-verbo. A hipótese na qual está baseado tal argumento consiste no que Chomsky 1981 - seguindo Taraldsen 1978 - denominou princípio da recuperabilidade ou no que Jaeggli 1982 classificou como hipótese de identificação. A idéia central de tal hipótese é a de que um pronome pode não estar presente em uma dada sentença apenas se certos aspectos importantes de sua referência podem ser recuperados a partir de outras partes da sentença:

In a language like Italian or Spanish the subject of a finite clause may drop because the agreement marking on a finite verb is sufficiently rich to recover important aspects of to determine the reference of a missing subject (Huang 1989:185).

Apesar de não definida com precisão pelos autores que se valem deste argumento de caráter mórfico, a noção de morfologia verbal rica parece estar relacionada ou a um paradigma

verbal diferenciado, por portar morfemas de pessoa e número diferentes para cada uma das diferentes pessoas verbais, ou diz respeito a um paradigma uniforme. Para o paradigma verbal diferenciado, Rizzi 1986 assume que o licenciamento da categoria vazia *pro* exige a regência apropriada de *pro* por um grupo específico de categorias X^0 , ao passo que a identificação desta categoria exige a sua co-indexação a marcas ricas de concordância verbal. Por outro lado, segundo a noção de uniformidade, defendida por Jaeggli & Safir 1989, um paradigma verbal uniforme deve apresentar sistematicamente cada uma das formas que o compõe aliada a um sufixo flexional próprio, ou aliada a nenhum sufixo. Somente desta forma é que o sujeito nulo poderia, de acordo com os autores, ser licenciado.

Assim, em virtude de conter, em sentenças finitas, paradigma verbal morficamente rico, o português - como também o espanhol e o italiano - é considerado uma língua *pro-drop*, frente à abordagem segundo a hipótese da recuperabilidade. Quanto às não-finitas adverbiais de infinitivo do português, a hipótese da recuperabilidade poderia ser mantida, pois o infinitivo flexionado do português apresenta paradigma mórfico flexional suficientemente rico, para justificar a possibilidade da ordem verbo-sujeito, ou o sujeito nulo em tais estruturas.

Os problemas teóricos surgem, entretanto, quando sujeitos nulos ou invertidos aparecem nas sentenças não-finitas do tipo gerundivas de uma língua *pro-drop*. No caso da língua portuguesa, por exemplo, a hipótese da identificação seria teoricamente suficiente para explicar estruturas como as presentes em (24), mas não como as em (25):

- (24) a. "Então PASSEI meus anos todos naquele colégio".
 b. Terminou O MENINO todos os seus deveres de casa.
- (25) a. TERMINANDO O TRABALHO, eu o mando para casa.
 b. TERMINANDO JOÃO O TRABALHO, eu o mando para casa.

O confronto entre (24) e (25) indica que tanto o não preenchimento lexical do sujeito quanto a inversão sujeito-verbo são passíveis de serem encontrados em sentenças do português, independentemente do fato de os afixos da rica morfologia flexional da língua estarem ou não presos aos verbos de tais estruturas - valendo ainda a ressalva de que a forma com inversão sujeito-verbo em gerundivas é atualmente considerada na língua escrita como a forma padrão. Obviamente, quanto ao sujeito nulo, poderíamos estipular que AGR [+fin] licenciaria sujeito nulo pro, ao passo que AGR [-fin] licenciaria sujeito nulo PRO - o que teria de ser explicado detalhadamente, para que não houvesse problemas de violações frente à Teoria do Caso, caso assumíssemos que PRO e NP_{subj} (quando lexicalizado) ocupam uma mesma posição. Isto equivaleria dizer que o Caso nulo atribuído a PRO (cf. seção 2.2.2.) deveria poder ser também atribuído a um NP lexical. O problema, entretanto, é o licenciamento da ordem VS - tido na literatura especializada como fenômeno relacionado à presença de AGR "rica" - em estruturas, como as gerundivas, que não apresentam marcação verbal de concordância. Tal problema parece indicar indubitavelmente que o poder explanatório da relação *recuperabilidade de referência-morfologia rica-sujeito nulo e ordem VS* não é tão preditiva e abrangente quanto se supunha.

Aliás, além da existência, conforme mencionado, de análises do português do Brasil que dissociam a propriedade sujeito nulo e a propriedade inversão do sujeito na descrição do parâmetro pro-drop (cf. Nascimento 1984 e Kempchinsky 1984), o

questionamento da relação recuperabilidade de referência-morfologia rica-sujeito nulo e ordem VS já vem sendo apontado nos resultados de investigações sintáticas da última década sobre lexicalização do sujeito. Segundo esses resultados, traços mórficos de NP ou V audíveis e a possibilidade de sujeito nulo nem sempre são propriedades presentes em uma mesma língua¹⁴:

	TRAÇOS-N FORTES MORFICAMENTE	SUJEITO NULO
PORTUGUÊS	-	+
FRANCÊS	-	-
ALEMÃO	+	-
INGLÊS	-	-
CHINÊS	+	+
IRLANDÊS	+	+

TABELA VI

Relação entre traços nominais morfologicamente visíveis e a possibilidade de sujeito nulo

	TRAÇOS-V FORTES MORFICAMENTE	SUJEITO NULO
PORTUGUÊS	+	+
FRANCÊS	+	-
ALEMÃO	+	-
INGLÊS	-	-
CHINÊS	-	+
IRLANDÊS	+	+

TABELA VII

Relação entre traços verbais morfologicamente visíveis e a possibilidade de sujeito nulo

Quanto especificamente ao Caso do NP_{subj} em sentenças com ordem VS, a teoria gerativa admitiu até Chomsky 1992 a possibilidade do nominativo por regência, ao lado do nominativo por concordância.

Em Rizzi 1981, por exemplo, a ordem VS em reduzidas de italiano é explicada por alçamento de auxiliar ao núcleo COMP, aliando a este movimento o nominativo por regência.

Segundo o autor, a análise de sentenças como *Avendo Mario accettato di aiutarci, (...)* implica determinar, dentre outros fatos, se em estruturas deste tipo - nas quais há inversão auxiliar-sujeito - ocorre a anteposição do auxiliar ou a posposição do sujeito. Comparando este tipo de construção reduzida com sentenças finitas, como (26a) e (26b), Rizzi concluiu que o que ocorre de fato no italiano é o movimento de Aux para o núcleo COMP, já que se explica a agramaticalidade de (26b) por a construção violar a restrição a COMPs multiplamente preenchidos; (26a), por sua vez, é gramatical, pois essa construção apresenta COMP preenchido nuclearmente por um único elemento - che:

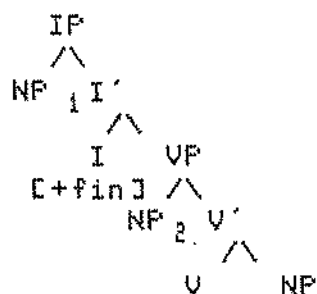
- (26) a. Mi auguro (che) lui abbia fornito tutte...
 b. Mi auguro (*che) abbia lui fornito tutte...

Demonstrando que a aplicação da regra Aux-to-COMP estende-se também às reduzidas italianas de infinitivo, como (27), Rizzi, valendo-se de exemplos como (28), vincula esta à regra de atribuição de Caso nominativo, de acordo com a qual o nominativo é atribuído a NP no contexto AUX_____:

- (27) a. Mario affermava non esser lui ni grado di affrontare.
 b. L'esser la situazione suscettibile di miglioramento
 indica ...
 c. Il giudice è stato sospeso per aver suo figlio
 commesso una...
 (28) L'esser io disposto ad aiutarvi non significa que (...)
 *me

Koopman & Sportiche 1990 por sua vez parametrizam as línguas quanto à posição do sujeito segundo a atribuição de Caso por concordância ou por regência. Aliando a hipótese do sujeito interno a VP às evidências encontradas em exemplos com atribuição excepcional de Caso - em que uma projeção XP não constitui barreira para a regência do especificador de XP por um núcleo Y^0 se Y^0 seleciona XP^0 (cf. Chomsky 1986 e Sportiche 1988 apud Koopman & Sportiche 1990) -, os autores concluem que, para uma estrutura como (29) segundo a língua, o Caso nominativo poderia ser atribuído sob concordância (com o NP_{subj} na posição de especificador de IP sempre [+finito] (N_1)) ou sob regência (com o NP_{subj} na posição de especificador de VP, sendo regido pelo traço [+concordância] presente no núcleo I (N_2)):

(29)



Assim, exemplos como (30) poderiam ser explicados, se se admitesse que o português atribui tanto o nominativo por concordância quanto por regência:

- (30) a. O governo baixou mais um decreto.
b. Baixou o governo mais um decreto.

A questão é que desde Chomsky 1992, conforme mencionado na seção 2.2.3. deste estudo, a verificação de Caso não mais é possível quando sob a relação de regência, permanecendo aceito unicamente Caso sob concordância. Desse modo, o Caso para NP_{subj} em sentenças com ordem VS tornam-se de novo um problema a ser resolvido.

4. A ESTRUTURA DAS GERUNDIVAS ADVERBIAIS: ENCAMINHANDO PARA UMA SOLUÇÃO

4.1. LÍNGUAS COM PROBLEMAS CORRELATOS S GERUNDIVAS

Potencialmente sentenças não-finitas (que não estão aptas a verificar Caso nominativo) com sujeito lexical (que precisa ter seu Caso nominativo checado) apresentam o mesmo tipo de questão levantada por Huang 1989 ao tratar de sentenças finitas do chinês.

Huang 1989, conforme mencionado no início deste trabalho, afirma que, segundo Chomsky 1981-82, a distribuição da CV *pro* pode ser determinada pelo Princípio da Recuperação (de acordo com Taraldsen 1978), ou, nos termos de Jaeggli 1982, Hipótese da Identificação, segundo a qual o sujeito de sentenças finitas pode ser retirado, quando a língua possui um sistema de concordância suficientemente rico para recuperar aspectos capazes de determinar a referência do sujeito não presente lexicalmente. O fato é que em chinês, tanto o sujeito quanto o objeto de uma sentença finita podem ser nulos, ocupando a princípio a mesma posição do sujeito e objeto lexicalizados:

- (1)
- a. (ta) kanjian (ta) le
 (he) see (he) Perf
 (He) saw (him)
 - b. Zhangsan shuo [(ta) lai le]
 Zhangsan say [(he) come Asp]
 Zhangsan said that (he) came.

Segundo o autor, esta possibilidade de preenchimento lexical na mesma posição do sujeito nulo parece indicar que tal categoria vazia consiste em um *pro*. Entretanto, o pronome nulo é considerado um preenchedor legítimo da posição preverbal de sujeito quando licenciado pela flexão verbal (cf. Rizzi 1988:13) - pois, *pro* deve ser licenciado pela atribuição de Caso nominativo.

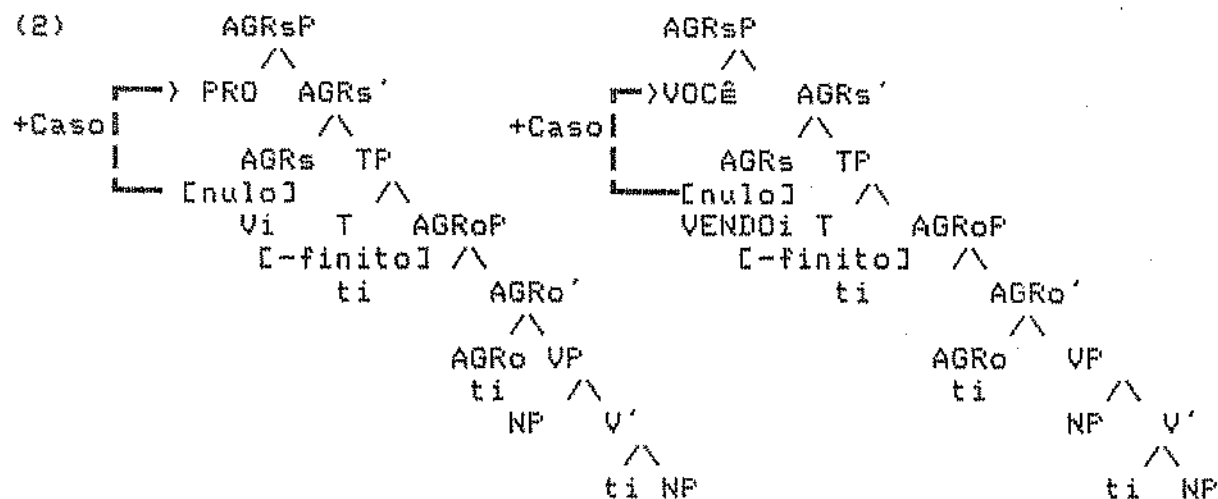
Visto que o chinês não tem um sistema de concordância manifesto, a ocorrência de argumentos quer nulos, quer lexicalizados colocam problemas para a Hipótese de Identificação e para os argumentos de Rizzi, assim como para a Teoria do Caso para NPs lexicais, pois, ao sujeito (nulo ou lexical) de uma sentença finita é atribuído Caso nominativo por TENSE ou AGR - traços que o chinês não porta. Frente a isto, somos levados a crer que o sujeito na língua chinesa é licenciado de alguma outra forma - que não sob Caso nominativo¹⁵.

Embora não sejam sentenças finitas, o problema da ausência de concordância nas gerundivas adverbiais do português apontam para problemas semelhantes ao do chinês, pois também apresentam, ao menos aparentemente, sujeito lexical e vazio numa mesma posição, além de também não terem AGR.

4.2. APLICAÇÃO DA TEORIA DO CASO NULO A NPs LEXICAIS

Assumindo-se que, em gerundivas com ordem SV, o NP lexicalizado anteposto ao verbo ocupa efetivamente a posição de sujeito, então temos que admitir que este NP está na posição

ocupada por PRO. Logo, neste NP lexical também deveria ser possível verificar-se o Caso nulo:



Exemplos como (3), do irlandês (cf. Chung & McCloskey 1987) e (4), do latim (cf. Raposo 1992) vieram mostrar que a aplicação do Caso nulo a NPs lexicais poderia resolver não só a atribuição de Caso para NPs ^{sujeito} em gerundivas adverbiais do PB, mas também os casos de sentenças não-finitas com sujeito lexical do latim e irlandês:

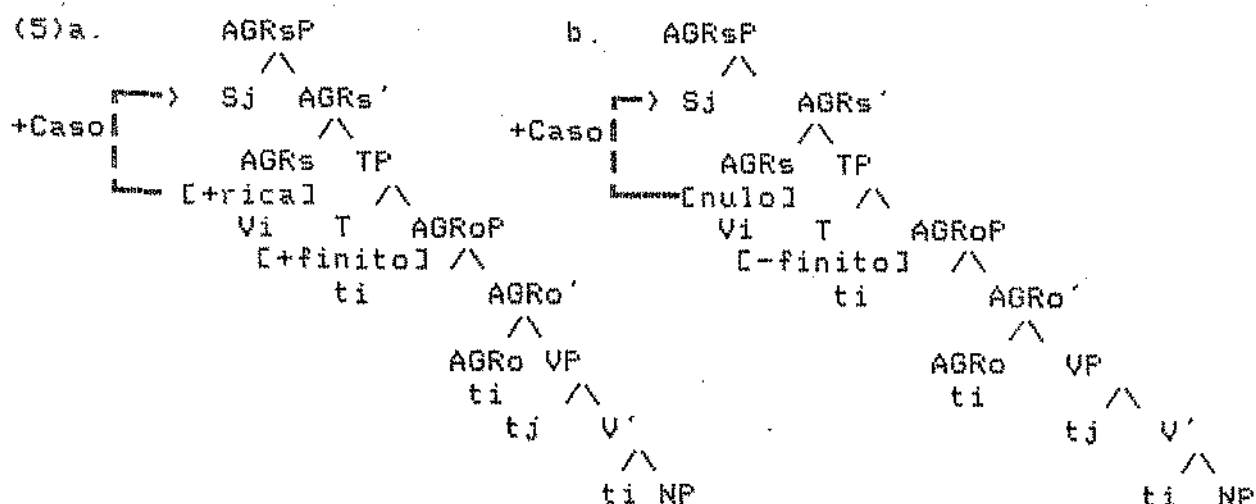
- (3)
- a. Bhreathnaigh mé uirthi agus [[_{NP} í] [_{VP} ag imeacht uaim]].
 Looked I on-her and [[her] [leave (Prog.) from-me]]
 "I watched her as she was leaving me".
- b. Bhí na saighdiúirí ina seasamh thart agus [[_{NP} an teach] [_{VP} leagan]].
 were the soldiers standing round and [[the house] [knock-down (Prog.Past)]]
 "The soldiers were standing round as the house were being demolished."
- (4)
- a. Aliquem esse pigrum turpe est
 Alguém (acus.) ser (Infinit. Presente) preguiçoso (acus.) vergonha (acus.) ser ((Pres. Indicativo, 3ª pessoa sing.)
 "Alguém ser preguiçoso é uma vergonha."

Como se depreende destes exemplos, em (3) e (4) as sentenças não-finitas encontram-se em posição em que a marcação excepcional de Caso não é possível (no exemplo em latim, trata-se de uma sentença encaixada de sujeito; no irlandês, a sentença não-finita é uma segunda-coordenada); entretanto, seus NPs_{sujeito} vêm marcado por Caso - acusativo, em ambas as línguas.

Kato (comunicação pessoal) sugeriu, frente a esses dados, que poderia ser teoricamente adequado formalizar-se a verificação de Caso nulo a NPs lexicalizados por INFL [-finito], podendo esse Caso se realizar em NPs lexicais como acusativo, oblíquo, etc. - sendo esta realização parametrizável. Para Roberts (também em comunicação pessoal), a proposta de Kato pareceu de fato satisfatória, uma vez que, segundo Vincent 1993, também no lituano o mesmo fenômeno ocorre - só que neste caso, o NP_{sujeito} da sentença não-finita traz Caso dativo¹⁶.

4.3. O CASO NULO E A ORDEM VS NAS GERUNDIVAS ADVERBIAIS

Pelas estruturas (5a) e (5b) - já apresentadas anteriormente, também não se percebe de imediato a forma pela qual a ordem VS das línguas românicas é obtida, e nem mesmo a ordem VS em línguas VSO:



Afinal, o que ocorre para que se obtenha esta inversão - quer, por exemplo, em sentenças finitas, como (5a), quer em não-finitas, como (5b)? O verbo em AGR é alçado para C? O NP_{subj} é mantido dentro de VP? Como, se, a princípio, o NP_{subj} deve ser alçado para a posição [spec,AGRs] para que tenha seu Caso e concordância verificados?

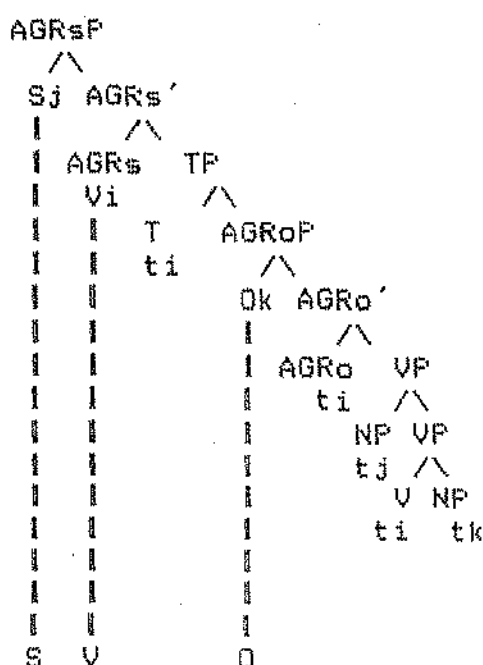
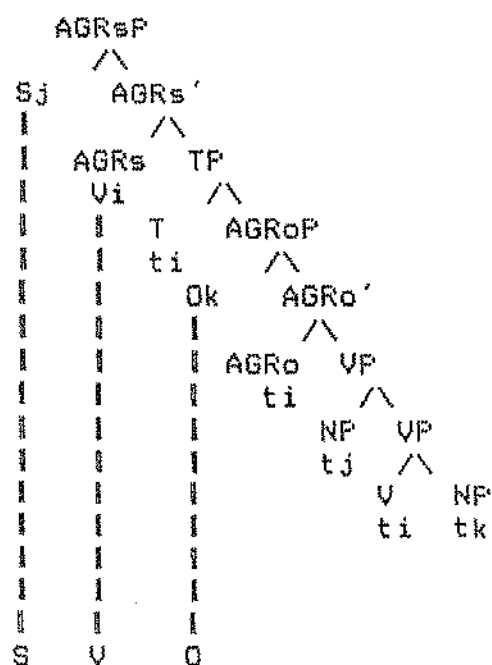
4.3.1. A VISÃO DE CHOMSKY 1992 PARA AS ORDENS SVO DO INGLÊS E VSO DO IRLANDÊS

Como mencionado acima, a diferença existente entre línguas com ordem SVO (ou SOV), como o Inglês (ou o Japonês), e línguas VSO (como o Irlandês) para Chomsky 1992 deve estar relacionada à parametrização de cada língua no que diz respeito à forma de verificação na sintaxe de seus traços-V e N, de maneira que numa estrutura como (6), a ordem VSO do irlandês, por exemplo, implicaria o alçamento de V para I (AGRs) visível em Forma Fonética (FF) - revelando traços-V fortes -, ao passo que indicaria alçamento de S e O para [spec,AGRs] e [spec,AGRo]

em FF, o que revelaria que possui traços-V e N fortes, como indicado em (8):

(8)a. FF em inglês

b. FL em inglês



Se assim fosse, FF e FL teriam representação isomórfica. Todavia não é isto que ocorre. Segundo o autor, a ordem SVO no inglês é obtida devido aos seguintes fatos:

1) desde Pollock 1989, é aceito que o inglês, diferentemente do francês, não apresenta alçamento de verbo para I visível em FF. Isto implica dizer que, se também os NPs do inglês não tiverem traços fortes, teremos a ordem SVO em FF – com estas categorias não se movendo para fora de VP. Em FL cada uma destas categorias move-se para fora de VP, para verificação de seus traços: V alçado até AGR, para verificar seus traços de concordância (em AGR); de tempo (em T), assim como seus traços de nominativo e acusativo em T e AGRoD respectivamente; o NP_{obj} alçado até [Spec, AGRoP], para verificar seus traços de Caso acusativo; e o NP_{subj} alçado até [Spec, AGRsP] para, numa relação

com T, verificar seu Caso nominativo, assim como para, numa relação com AGR, verificar seus traços de concordância;

2) todavia, Chomsky alega que, embora o inglês apresente audível oposição mórfica entre NP_{subj} -singular e NP_{subj} -plural, seus NPs_{subj} têm alçamento visível em FF, só que este alçamento não pode ser devido ao fato de a língua inglesa apresentar traços-NP fortes no que diz respeito à concordância. Isto porque *traços-NP fortes* consistem em propriedades que não devem ser alteradas pelo fato de o NP ocupar a posição sintática de sujeito ou de objeto. Como o inglês não apresenta concordância verbo-objeto audível, o alçamento do NP_{obj} não diz respeito à FF, ao passo que o alçamento de NP_{subj} deve ser verificado em FF. O autor afirma que:

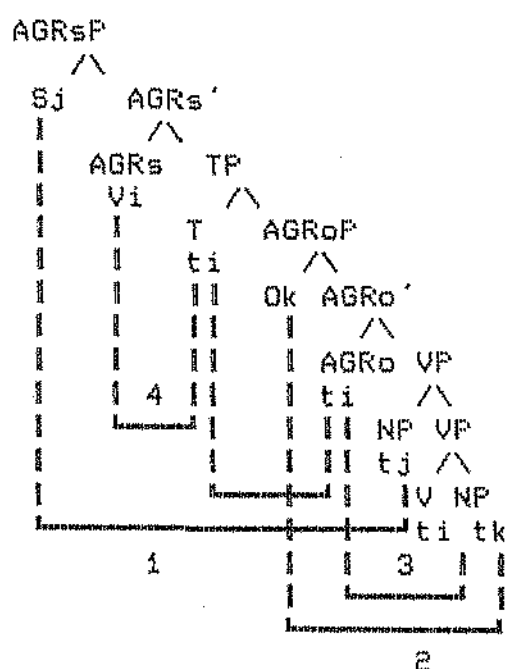
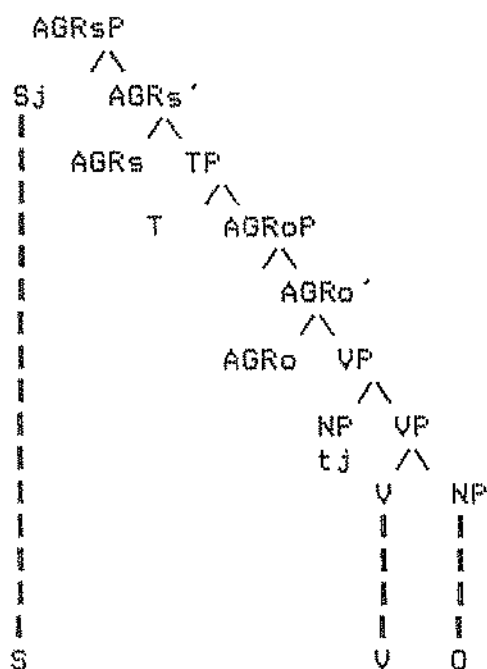
We have only one way to express these differences: in terms of the strength of the inflectional features. One possibility is that the NP-features of Tense is strong in English and weak in Irish. Hence NP must raise to SPEC-[AGR T] in English prior to SPELL-OUT or the derivation will not converge (Chomsky 1992:44).

Assim, chegamos às seguintes representações em FF e FL para sentenças do inglês:

(9)

a. FF em inglês

b. FL em inglês



1. S para [spec, AGRs]
2. O para [spec, AGRo]
3. V para AGRo → SVO
4. [V, AGRo] para [T] e [AGRs] → SVO

Infelizmente, toda esta explicação parece ainda não dar conta de estruturas como (10) e (11), pois, em primeiro lugar, nada foi dito sobre alcamento de V para C¹⁷. Segundo, assumindo-se que no PB haja alcamento visível de V para AGR, não nos parece uma idéia muito consistente propor que os NPs de línguas como o Português e o Italiano apresentam ora traços-NP fortes (resultando movimento visível de S em FF e consequentemente a ordem SVO), ora traços-NP fracos (com movimento de S visível apenas em FL e por consequência a ordem VSO):

(10) Terminou o menino suas tarefas.

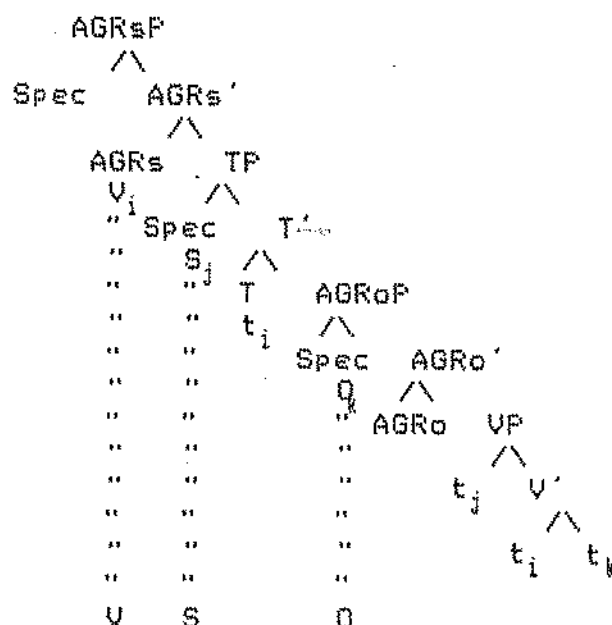
(11) Terminando o menino suas tarefas, (...)

Aliás, é exatamente isto que Chomsky propõe para línguas como o árabe - que apresentam ambas as ordens (cf. Chomsky 1992:44). Todavia, diferentemente do que propõe para o inglês, seu argumento no que se refere ao árabe não se sustenta nos traços-NP de T, mas nos traços-NP de AGR, pois o árabe, quando apresenta a ordem SVO, o sujeito e o verbo concordam em número, ao passo que na ordem VSO esta concordância não mais se estabelece - ficando o verbo, independentemente do sujeito, sempre em terceira pessoa do singular (cf. Koopman & Sportiche 1990). Este também não parece ser o caso do português de uma forma geral ¹⁸.

4.3.2. [SPEC,TP] COMO LUGAR DE POUSO PARA NP_{SUJ} DO IRLANDÊS (Bobaljik & Carnie 1993)

Ao contrário de Chomsky 1992, Bobaljik & Carnie 1993, valendo-se já do programa minimalista chomskyano, argumentam que em irlandês não ocorre subida de V manifesta em FF e movimento de S e O somente em FL, mas movimento das três categorias em FF com pouso de S em [Spec, TP] - o que resultaria na ordem VSO:

(12)



Para a obtenção da ordem VSO, os autores argumentam contra a hipótese do alçamento V-para-COMP, uma vez que em irlandês, as sentenças encaixadas não apresentam a ordem COMP-SOV ou COMP-SVO – esperada no caso de movimento V-para-COMP –, mas sim a ordem COMP-VSO:

(13)	Ceapaim	[go	bhíaca	sé	an	madra]
	Think(Pres) is	[that	see(Pass)	he(nom)	the	dog]
		"	"	"	"	"
		"	"	"	"	"
		"	"	"	"	"
		COMP	V	S		O

"I think that he saw the dog"

Os autores também investem contra a hipótese de sujeito e objeto *in situ*, pois, ao menos nos dialetos do norte, sentenças finitas do irlandês apresentam a ordem VSO, enquanto as não finitas contam com a ordem SOV – o que parece indicar subida em FF de S e O e alçamento em FL do V:

- (14) Ba mhaith liom [(é) an teach a thógáil]
 COP good with [him the house (Trans) build]
 " " " "
 " " " "
 suj. acus. obj. acus.....verbo
 "I would like him to build the house"

Quanto às sentenças não finitas em *Munster dialects*, Bobaljik & Carnie alegam que sua ordem SVO traz consequências para o NP_{obj}, uma vez que, nesses casos, este é marcado com Caso genitivo, ao invés do acusativo ¹⁹:

- (15).....[(é) a thógáil an tí]
 [him (Trans)build the house]
 " " " "
 " " " "
 suj.acus. verbo obj.gen.

Os autores, então, chegam a conclusão de que *there is a correlation between object-raising and Case. If the object remains within the VP, then it has genitive, and if it raises, then it has accusative* (Bobaljik & Carnie 1993:7).

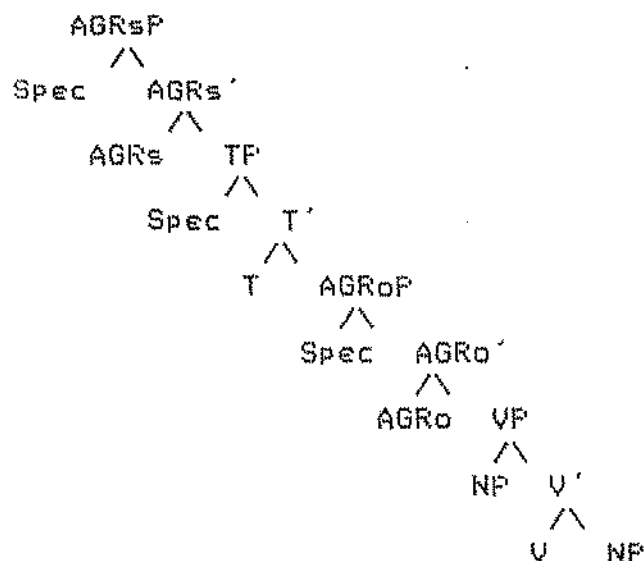
Assim, em virtude do programa sintático minimalista não conferir qualquer explicação para a inversão VS presente nas línguas românicas, seria interessante verificar a possibilidade de se aplicar a teoria de Bobaljik & Carnie 1993 sobre a posição de [spec,TP] como pouso para NP_{suj} em línguas românicas.

4.3.3. O [SPEC, TP] COMO LUGAR DE POUSO PARA NP_{suj} DO PB

Adaptando a estrutura proposta em Chomsky 1992 (para sentenças finitas ou não) segundo a argumentação de Bobaljik &

Carnie, vou assumir que no PB a posição de [spec,TP] também é uma posição para pouso de NP_{subj}:

(16)



Com tal tipo de estrutura - já se sabendo que T pode ser marcado como [+finito] ou [-finito] -, é possível dar conta de sentenças como (17):

(17)

- a. Terminou o João seu trabalho.
- b. Terminando o João seu trabalho, (...)

Porém, com base no *corpus* tratado neste trabalho, apenas duas sentenças gerundivas com ordem VS foram encontradas. Além disso, em ambas o verbo é do tipo inacusativo, sendo apenas uma delas adverbial, enquanto a outra consiste em uma reduzida coordenada (ou relativa):

(18)

- a. "SENDO OS HORMÍNIOS OS RESPONSÁVEIS PELA/PELO DESENVOLVIMENTO PELA MANUTENÇÃO DAQUE/ TAMANHO DAQUELA DIMENSÃO DA GLÂNDULA...na menopausa há uma diminuição considerável de produção de hormônio" (NURC, Inq. 379)
- b. "Mas aqui ele vai atuar sobre uma comunicação, PODENDO SER ESSA SUA ATUAÇÃO DE TRÊS DIFERENTES MANEIRAS (NURC, Inq. 278).

Certamente tecer longas considerações sobre um número de dados tão diminuto muitas vezes pode acarretar discussões infrutíferas. Todavia, o fato de não termos encontrado um exemplo sequer de sentenças como (17) na língua falada, e que nos parecem tão comum em língua escrita²¹, levou-nos a supor que também as gerundivas adverbiais estão começando a sofrer os efeitos da restrição da mono-argumentalidade, proposta por Kato & Tarallo 1988-1993.

Segundo os autores, as construções do PB com sujeito posposto a verbo, embora pareçam homogêneas, devem ser divididas em três tipos. O primeiro deles contém as construções inacusativas (**Chegaram as cartas**). No segundo tipo estão construções similares a estruturas-V2, tendo, todavia, a característica de serem formadas apenas por verbos mono-argumentais intransitivos aliados a elemento-Q, locativos dêiticos, etc (**Lá vai o Pedro**). Finalmente, o terceiro tipo de estruturas VS do PB, que, segundo os autores, é bastante produtiva, engloba construções com anti-tópico ((**Ele**) **tá pronto o vestido azul**). Para estas construções com deslocamento a direita e pronome referencial nulo, Kato & Tarallo argumentam que também ocorrem preferencialmente com verbos mono-argumentais.

O intrigante é perceber, como os próprios autores observam, que a ordem VS em estruturas com verbo transitivo que apresentam os dois argumentos lexicalizados pospostos não é aceita, valendo ainda a observação de que *the more arguments the verb presents the worse the VS form sounds* (Kato & Tarallo 1988:9):

- (19) a. Um cliente fugiu.
b. Fugiu um cliente.
- (20) a. Um cliente tomou um medicamento.
b. *Tomou um cliente um medicamento.
- (21) a. Um médico deu um medicamento a um cliente.
b. **Deu um médico um medicamento a um cliente.
(in Kato & Tarallo 1993:9)

A restrição proposta por Kato & Tarallo 1988 é reestudada em Kato & Tarallo 1993. Neste trabalho propõe-se que as construções do PB com ordem VS estão sujeitas a um certo efeito de mono-argumentalidade vinculado a um filtro para checagem de boa-formação cuja aplicação ocorre em FF. Mais especificamente, ao definir argumento como qualquer elemento selecionado pelo verbo, os autores afirmam que a hipótese da mono-argumentalidade exige apenas um argumento lexical a direita do verbo, podendo haver um argumento nulo extra, para que a sentença seja considerada bem-formada.

Isto explicaria então a gramaticalidade de sentenças como (19) - que apresenta apenas um argumento lexical posposto ao verbo -, em oposição a (20b) e (21b). Em contrapartida, a boa-formação de exemplos como (22b) e (23c) (in Kato & Tarallo 1993:17) se deve ao fato de que vestígios não violam a restrição de apenas um elemento a direita do verbo, já que a restrição mono-argumental consiste em uma exigência do componente FF. Nestes exemplos há a presença de categorias vazias, que dizem respeito apenas ao componente FL:

- (22) a. * $[_{CP} [_{IP} [_{I'} \text{moravam} [_{VP} \text{os meninos } t_v \text{ ali}]]]]$
b. $[_{CP} [_{IP} \text{ali} [_{I'} \text{moravam} [_{VP} \text{os meninos } t_v t_{adv}]]]]$
- (23) a. * Impressionou o filme de Spielberg a você ?
b. ? Impressionou a você o filme de Spielberg ?
c. Te impressionou o filme de Spielberg ?

Voltando às gerundivas, os dados gerais observados de fato apontam para a produtividade de sentenças em que o verbo é mono-argumental, ou então para aquelas em que o verbo transitivo, quando acompanhado por seu objeto lexicalizado, traz nulo o seu sujeito, e isto, com relação à estrutura (16), pode implicar no fato de a posição de [Spec, TP] poder preferencialmente ser ocupada por NP visível em FF apenas quando [Spec, AGRo] não estiver preenchido. Por outro lado, um vez expresso o objeto, a posição de [Spec, TP] não deve ser preenchida, passando o NP_{su} a ocupar [Spec, AGRs]²².

5. CONCLUSÃO

Ao darmos início a esta discussão, centramo-nos em três problemas básicos: as gerundivas com ordem SV produzidas por crianças; o Caso do NP da gerundiva com ordem SV (produzidas por crianças e adultos); a ordem VS em gerundivas.

Quanto ao Caso do NP anteposto ao gerúndio, ao se contrapor (a) os exemplo como (1), com configuração similar às desenvolvidas com NP_{deslocado}, porém ainda ambíguos; (b) construções como (2) e (c) as gerundivas produzidas por crianças (3), pode ser levantada a hipótese de que os falante do PB podem projetar dois tipos diferentes de estruturas - em virtude da ambiguidade do estatuto do NP anteposto à forma gerundiva e, paralelamente, a homofonia entre gerundivas com NP_{desloc} + sujeito nulo e gerundivas com NP_{sujeito} lexical. Isto certamente deve ocasionar o acesso das crianças em fase de aquisição de linguagem às duas estruturas expressas em (4):

- (1) VOCÊ VENDO AS ESTATÍSTICAS (...), você vê que as estradas brasileiras estão (...) (NURC, Inq. 355)
- (2) VOCÊS NÃO TENDO NENHUM PROGRAMA MELHOR, vão por este (...) (NURC, Inq. 355)
- (3) a. Open. Baby open door (in Radford 1990)
b. A (= Raquel) passando (Raquel 20, in Britto 1993)
- (4) a. [_{XP} [NP DESLOC_i] [IP [SUJ _{0i} VERBO GERUN]]]
b. [IP [SUJ LEXICAL VERBO GERUN]]

De qualquer forma, em um ou outro caso, as questões Casuais referentes a estas estruturas não devem ser vistas mais como um foco gerador de problemas. Se o NP encontra-se em posição deslocada, não há problemas de caráter Casual, pois a Teoria do Caso deve responder apenas pelas projeções que ocupam posição argumental; por outro lado, se o NP ocupa a posição de sujeito, ele deverá ter, assim como em Irlandês e Latim, seu Caso nulo verificado.

Quanto à estrutura projetada pelas gerundivas, contei com a aplicação dos princípios da Teoria X-Barra - dentre eles o fato de ser a categoria funcional a que seleciona a categoria gramatical. Desse modo, assumi, como Chomsky 1992 assume para sentenças não-finitas em geral, que as gerundivas projetam AGRsP e TP [-finito], o que possibilita a elas também verificar o Caso nulo de PRO ou NP lexical.

Todavia, alguns fatos comentados superficialmente ao longo do trabalho mostraram-se merecedores de maiores explicações, assim como certas questões não foram formuladas - em virtude de escaparem da alcada deste estudo - , mas que podem e devem ser levantadas.

Por exemplo, revelou-se o fato curioso de as gerundivas apresentarem categoricamente seu sujeito controlado - mesmo podendo ser o controlador arbitrário. Afinal, sabemos que sentenças gerundivas com sujeito não controlado - como em (5) *O Pedro chegando, nós sairemos* - são gramaticais, assim como as estruturas com controle referencial por expressão-R - como *A Maria chegando, ela já começa a trabalhar*. Entretanto, o fato de sua não ocorrência no corpus analisado leva-nos a supor que as gerundivas com NP anteposto ao verbo do PB são construções cujo

uso mais produtivo assemelha-se ao das estruturas, conforme afirmam Kato & Tarallo 1986, nas quais o elemento *-se* (como parte da perda de clíticos) vem sendo substituído pelas seguintes formas em variação: *ô*, *você*, *a gente* ou *eu*. Tal substituição permite lexicalizações do elemento arbitrário. Ora, em (6), assim como em (1), temos exatamente o mesmo fenômeno:

- (6) VOCÊ SAINDO DO BRASIL, a gente sente uma falta muito grande dessa parte de verduras (NURC, Inq. 131)

Afinal, a paráfrase de (6a), por exemplo, como *saíndo (-se) do Brasil, sente-se uma falta muito grande dessa parte de verduras*, assegura-nos a leitura arbitrária do elemento *você*. Parece, então, que as gerúndivas com NP - que é pronome pessoal - anteposto ao verbo estão apresetando uma distribuição sintática bastante local, principalmente em contexto de lexicalização de elementos arbitrários. Segundo Kato & Tarallo 1986, esta possibilidade de NP _{DELOC} com pronomes pessoais usados com referência arbitrária consiste numa peculiaridade do PB.

Quanto ao fato de não ter ocorrido no *corpus* um só exemplo de gerúndiva com expressão-R anteposta ao verbo, parece indicar dois fatos. O primeiro destes diz respeito à hipótese da efetiva existência para os falantes do PB de duas estruturas distintas para as formas *NP + gerúndio*. Afinal, como já mencionado (cf. seção 3.1.), construções como *um engenheiro, ele vendo o problema destas estradas, ele pode ter uma forma para solucionar*, terminariam com a homofonia entre as sentenças com deslocado+nulo+verbo e as com sujeito lexical+verbo. O segundo fato refere-se à suposição de que as gerúndivas com NP anteposto ao verbo efetivamente privilegiam a leitura arbitrária, mesmo em detrimento da referencial indeterminada - o que pode nos levar a

concluir que em tais estruturas vêm ocorrendo a perda do controle referencial.

Logo, seria pertinente a elaboração de um estudo mais detalhado sobre este tipo de uso das gerundivas, assim como uma investigação acerca de exemplos como (5) - que devem ser interpretados como construções em desuso, uma vez que introspectivamente as julgamos bem-formadas, embora não as usemos na fala. Uma investigação histórica talvez pudesse revelar o momento linguístico desta alteração restritiva quanto ao uso de sentenças de gerúndio, apontando as possíveis variáveis linguísticas favorecedoras de um certo uso e inibidoras de outros.

Ainda sobre as questões levantadas por este estudo, aponto o fato de que a propriedade da mono-argumentalidade (cf. seção 4.3.3) parece não afetar gerundivas como *Terminando João o trabalho*, (...) (cf. seção 4.3.3; (17)) e finitas como *Baixou o governo mais um decreto* (cf. seção 3.3; (30)). Para Kato & Tarallo 1993:17, a restrição mono-argumental consiste numa exigência do componente FF. Todavia os autores não formalizam fonética e fonologicamente tal restrição. Kato (comunicação pessoal) acredita que as propostas de Halliday 1967 e Chomsky & Halle 1968 sobre pesos acentuais de sintagmas como *black₂ board₁* aplicadas à sequência de argumentos (*[V S O]) e argumento+não-argumento ([V S Adj]) relacionadas ao tipo não-marcado de curva acentual relativa a sentenças declarativas do português conteriam a chave da questão. Estando Kato correta, restaria ainda averiguar o que diferenciaria entoacionalmente certas construções do PB não afetadas pela restrição mono-argumental das demais.

6. NOTAS

1. No PB clássico, não só a ordem VS como também a ordem SV eram aceitas:

(1) a. *Nós certamente levando outro modo*, posta a de parte toda afeição que aazo das ditas razões aver podíamos, nosso desejo foi em esta obra escrever verdade (...).
(In Lopes, Fernão. Crônicas de D. João I, C.8-10, 1434)

b. *Vossa Excelência julgando conveniente*, haverá por bem de opôr na Real Presença, (...).
(Por D. Antonio Pires da Silva Pontes, Governador do Espírito Santo, em 02 de março de 1801)

2. A partir de dados de fala espontânea do PB, Nicolau (comunicação pessoal) e Berlinck (comunicação pessoal) apresentam resultados segundo os quais tanto construções finitas com sujeito nulo quanto com ordem VS mostram-se pouco produtivas no português falado culto, indicando que os falantes privilegiam construções com ordem SV.

3. Bechara 1975 menciona o fato de certas reduzidas adverbiais de gerúndio ocorrerem preferencialmente em posição pré-sentença raiz, embora não teca qualquer comentário acerca da relação entre esta posição e a ocorrência ou não de sujeito lexical na gerundiva. Decidimos, em vista disto, tomar conjuntamente esta relação como uma variável linguística, a fim de averiguar se a possibilidade de lexicalização do sujeito é favorecida ou inibida com relação a gerundivas pré ou pospostas à raiz.

4. Classifiquei, como Cegalla e Bechara, tais estruturas como adverbiais de modo, embora tal classificação não seja aceita pela NGB.

5. Exemplo como *Já que se levou a desvantagem comprando dólar no Brasil* (NURC, Inq. 005), presentes no corpus, indicam que as gerundivas com sujeito arbitrário só ocorrem quando o controlador é arbitrário.

6. Segundo Stowell 1983, mini-orações do tipo $Y=[NP X^i]$ existem para $X = A, P, N$ ou V (apud Koopman & Sportiche 1991:218)].

7. Tratarei da Teoria do Caso nulo em detalhes na seção 2.2.2 deste estudo.

8. A hipótese do sujeito interno a VF, proposta por Koopman & Sportiche 1990, dentre outros fatos, soluciona o problema, já exposto em Chomsky 1986, da relação não local entre o atribuidor temático da categoria V e seu argumento chamado "externo". Segundo Koopman & Sportiche 1990, o sujeito deve ser gerado sob o

núcleo VP, pois é com esta representação que a relação temática entre o predicado verbal e seus argumentos é simetricamente local.

9. Na literatura gerativista é possível identificar momentos anteriores a Chomsky & Lasnik 1991, nos quais foram elaboradas tentativas de se uniformizar a atribuição Casual de nominativo e acusativo, para finalmente poder generalizá-la de modo a se afirmar que todo Caso devesse ser atribuído sob regência. Uma delas consistiu na alteração da noção de regência, que passou a ser definida como a *regra* $\bar{A}$ se a *m-comanda* $\bar{A}$ e não há barreiras entre $\bar{A}$ e $\bar{A}$. Desse modo, a relação de I [+finito] com seu especificador seria interpretada como Caso atribuído sob regência.

10. O programa teórico atual, provavelmente em virtude de sua natureza esquemática, não altera em essência a teoria proposta por Rizzi 1982, 1986 para o licenciamento de *pro* - e consequentemente a argumentação referente ao fenômeno *pro-drop* e sua relação com traços morfológicos de AGR. O que se constata é apenas uma adequação à formulação de Rizzi - segundo a qual *pro* poderia ser licenciado quer numa relação *spec-núcleo* com AGRs forte, quer quando regido por verbos específicos V^* - para a estipulação de que *pro* is licensed only in the Spec-head relation to E_{AGR} a AGR], where a is [+Tense] or V , AGR strong or $V=V$ (Chomsky 1992:14).

11. Kato (comunicação pessoal) supõe que exemplos como (8) parecem indicar que as gerundivas podem ser parentéticas e, por

isso, a sua mobilidade seria semelhante a de outros advérbios: *O João, esta manhã, comeu demais; o João, não tendo o que fazer, saiu para o bar.*

12. Há, todavia, argumentos contra esta hipótese de processamento, de Bloom. Hyams 1987a apresenta os dois seguintes:

1) a ausência de sujeito na fala de crianças, por exemplo, não pode dever-se à limitação na *performance* ou no comprimento da sentença, pois crianças também produzem sentenças longas, embora ocasionalmente;

2) a ausência de sujeito também não deve estar relacionada à complexidade sintática, visto que sujeitos em fala de criança podem estar nulos tanto em sentenças simples como em complexas.

Quanto à primeira questão, Bloom argumenta que sentenças com mais de duas palavras são extremamente raras na fala de crianças com dois anos de idade. Além disso, sobre a segunda questão, o autor cita Mazuka et al. 1986, que afirma, segundo seus dados, que o sujeito é mais expresso por crianças quando acompanha verbos intransitivos, e menos, se acompanha verbos transitivos.

Ainda sobre Hyams 1986, que afirma que constituintes omitidos por crianças são em geral adjuntos, Bloom argumenta que, se adjuntos não são argumentos, então não há razão para estipular-se que sua ausência é resultado de aplicação de alguma regra gramatical.

De qualquer forma, os resultados do experimento de Bloom - cujo objetivo era averiguar a hipótese de que sentenças com sujeito expresso apresentariam VP menor, ao passo que sentenças sem sujeito apresentariam VP maior - são bastante significativos, pois em todos os casos, com exceção de um único, a diferença entre os comprimentos dos VPs é, estatisticamente relevante,

estando os VPs mais longos, conforme a hipótese, em sentenças sem sujeito (cf. Bloom 1990:497).

13. Kato (comunicação pessoal), reformulando Kato 1993, propõe que as gerundivas produzidas por crianças projetam TP e AspP, de maneira que, se em I [+finito] há T [$\pm$ passado] e AGR, para I [-finito] há T, controlado ou arbitrário (sendo neste caso interpretado como um presente não marcado), e os aspectuais *-ndo* e *-r* em AspP.

14. Chomsky 1992, ao tratar de traços V e N, embora não os defina explicitamente, parecem não os relacionar a características morfológicas, pois se o estivessem o irlandês deveria ser considerado a língua cujos traços de N são fortes, visto que possui Caso morfológico, ao passo que o inglês, por apresentar NPs marcados com Caso abstrato, deveria ser definido como língua com traços-N fracos; contudo Chomsky julga exatamente o oposto (cf. capítulo 3 deste trabalho).

15. A conclusão apontada em Huang 1989 é que há razões suficientes para acreditar que o fator relevante licenciador de um sujeito lexical é a *finitude* da sentença (e não especificamente o traço de concordância) e demonstra que em chinês há uma sistemática distinção entre cláusulas finitas e não-finitas feita com base na ocorrência potencial de um elemento da categoria I (i.e., nível zero de IP), sendo este elemento um *marcador de aspecto* ou *modal*.

Analisando sentenças como (1) e (2), o autor chega à seguinte conclusão preliminar: a de que existe uma clara

correlação entre a possibilidade de haver um elemento em I em uma sentença e a possibilidade de um sujeito lexical. Em contrapartida, os dados mostram que se o sujeito de uma sentença é obrigatoriamente nulo, então a sentença não pode conter um elemento em I:

(1)	Zhangsan	shuo	[	(ta)	lai	le	]
	Zhangsan	say	[	(he)	come	ASP	]
	Zhnagsan	said	[	that	(he) came		]

(2)	Wo	bi	Lisi	[	*ta	lai	]
	Wo	bi	Lisi	[		lai	]
	I	force	Lisi	[		come	]

Logo, se uma sentença que contém um modal ou um aspectual em I pode ter um sujeito lexical ou nulo - e considerando que a posição I rege estruturalmente a posição de especificador de IP (posição canonicamente reconhecida como posição de sujeito) -, então, em chinês, é o aspectual em I quem rege e atribui Caso ao sujeito lexical ou ao pronominal *pro*.

16. De acordo com Farias 1958, as gerundivas latinas tinham seu sujeito marcado com o Caso ablativo absoluto.

17. Segundo Rizzi (1981), para a análise de sentenças como (a) *Avendo Mario accettato di aiutarci*, (...) é necessário determinar, dentre outro fatos, se em estruturas deste tipo - nas quais há inversão sujeito-auxiliar - ocorre a anteposição do auxiliar ou a posposição do sujeito. Comparando este tipo de construção reduzida com sentenças finitas, como (b) *Mi auguro (che) lui*

*abbia fornito tutte (...) e (c) Mi auguro (*che) abbia lui fornito tutte (...)*, Rizzi conclui que o que ocorre de fato é o movimento de Aux para o núcleo COMP, já que se explica a agramaticalidade de (c) por a construção violar a restrição a COMPs multiplamente preenchidos; (b), por sua vez, é gramatical, pois essa construção apresenta COMP preenchido nuclearmente por um único elemento - *che*.

Ambar 1992, valendo-se da análise de Rizzi, também defendeu o movimento de V para C no português. Todavia, exemplos apresentados por Raposo 1993 parecem indicar que em português ocorre de fato o movimento de V para I. Um dos vários argumentos apresentados por Raposo diz respeito aos advérbios que precedem obrigatoriamente o verbo. Segundo o autor, se o verbo é de fato alçado para C em português, a interrogativa *Com que conversou o Luís ainda?* - obtida a partir de *O Luís ainda conversou com o António* - deveria ser bem-formada; mas a sentença causa estranheza.

Além disso, segundo Stowell 1982, a principal distinção entre gerundivas, por um lado, e infinitivas e sentenças finitas, por outro, está relacionada à posição de COMP: diferentemente das infinitivas e das sentenças finitas, as sentenças de gerúndio não têm a posição COMP. O autor afirma que uma das consequências da ausência de COMP em gerundivas é a não-aplicação de movimento de elemento *wh*- neste tipo de sentenças, podendo tal consequência ser ilustrada de duas formas. Primeiramente, construções gerundivas parecem nunca funcionar como um complemento *wh*- de um verbo ou preposição:

- (1) a. I don't remember who we should visit.
b. I wonder where he went.

- c. We talked about what we ought to do.
- (2) a. I don't remember who to visit.
b. I wonder where to go.
c. We talked about what to do.
- (3) a.*I don't remember who (our) visiting.
b.*I wonder where (his) going.
c.*We talked about what doing.

Em segundo lugar, em estruturas relativas, é possível se constatar que movimento de elemento qu- é possível dentro de modificadores finitos e infinitivos, mas não em gerundivas:

- (5) a. The table on which you should put your coat is in the next room.
b. The table on which to put your coat is in the next room.
c.*The table on which putting your coat is in the next room.

Segundo o autor, tais contrastes não podem ser atribuídos, por exemplo, a algum tipo de proibição contra material lexical na posição de COMP gerundivo, visto que, nestas construções, pronomes foneticamente nulos não podem aparecer na posição que, comparativamente, poderia ser interpretada como posição de COMP:

- (6) a. The city (that) he visited is Paris.
b. The city to visit is Paris.
c.*The city (his) visiting is Paris.

Seguindo a proposta de Stowell, as gerundivas do português parecem também não apresentar a posição COMP, pois sentenças como (7) a (10) em português, assim como no inglês (cf. (1) a (4)), são mal formadas:

- (7) a. Eu não me lembro quem nós devíamos visitar.
b. Eu quero saber onde ele foi.
c. Nós falamos sobre o que nós devemos fazer.
- (8) a. Eu não sei quem visitar.
b. Eu quero saber onde ir.
c. Nós falamos sobre o que fazer.
- (9) a.*Eu não sei quem visitando.
b.*Eu quero saber onde indo.

c. *Nós falamos sobre o que fazendo.

- (10) a. A mesa na qual você deve por seu casaco está na sala ao lado.
 b. A mesa na qual por seu casaco está na sala ao lado.
 c. *A mesa na qual pondo seu casaco está na sala ao lado.

Além disso, referindo-se a exemplos como (11) e (12), Stowell argumenta que, enquanto o tempo das infinitivas é sistematicamente interpretado como tempo não-realizado frente ao tempo da sentença matriz que a infinitiva complementa, o tempo das gerundivas, de acordo com esses exemplos, pode ser interpretado tanto como tempo passado - como em (11b) -, quanto tempo ambíguo entre presente e não-realizado - como em (12b):

- (11) a. John remembered [PRO to bring the wine].
 b. John remembered [PRO bringing the wine].
 (12) a. Jim tried [PRO to lock the door].
 b. Jim tried [PRO locking the door].

Segundo Stowell,

The crucial point is not that gerund may never have an unrealized tense reading, but rather that it has no internally determined tense and therefore that its understood tense is determined externally by the semantics of the control verb. In contrast, infinitival control complements have a uniform internally determined tense, just as finite tensed clauses do.

Assim sendo, infinitivas e sentenças finitas parecem repartir duas propriedades ausentes nas estruturas com gerúndio, pois contêm uma posição COMP - que pode ser preenchida por complementalizadores ou wh-phrases - além de possuírem operador temporal - possivelmente presente em FL na posição COMP, para que tenha escopo sobre a sentença "operada". Tal operador, segundo Stowell, "fixes the understood time frame of the complement clause relative to the tense of the matrix" (Stowell, 1982:563).

Por outro lado, para Martin 1993, comentando Stowell, a projecção CP em gerundivas ainda é uma incógnita.

Assim sendo, supor que em gerundivas há o movimento V-para-C não nos parece uma proposta teoricamente consistente.

18. O PB apresenta uma certa semelhança com o árabe no que diz respeito a traços-N fortes por concordância e a ordem SV/VS, só que se trata de um fenômeno bastante local, o qual ocorre predominantemente com ergativos:

- (1) a. As cartas chegaram.
b. *As cartas chegou/Chegou as cartas.

19. Como se pode observar, o exemplo (15), de Bobaljik & Carnie, traz também um verbo não-finito com sujeito marcado pelo Caso acusativo. Todavia, trata-se de um exemplo que apresenta a configuração de marcação excepcional de Caso, e, segundo Martin 1993, a verificação de Caso nulo está em distribuição complementar à verificação de Caso marcado excepcionalmente.

20. Raposo (curso ministrado entre março e julho de 1993, IEL-UNICAMP) também defende duas posições para pouso de NP_{subj} : [Spec,TP] e [Spec,AGRsP]. Valendo-se de Follock 1989 - e não Belletti 1990 -, o autor assume que o Caso nominativo pode ser atribuído por T [+finito] ao seu especificador ou ao especificador de AGRsP regido por T, pois traços-N forte em concordância no Português permite a atribuição/realização de Caso nominativo no seu especificador. 21. Nenhum exemplo de gerundivas com verbo transitivo e ordem VS foi encontrado no corpus, embora quinze entrevistas tenham sido consultadas - vinte minutos de cada uma delas -, perfazendo um total de trezentos minutos de gravação de fala espontânea!

22. Cf. seção 5 deste estudo.

7. BIBLIOGRAFIA

- Bechara, E. Moderna Gramática Portuguesa. São Paulo, Editora Nacional, 1975.
- Billoret, R. & Greiner, E. Grammaire du Latin. Paris, Librairie Hachette, 1952.
- Bloom, Paul. Subjectless sentences in child language. *Linguistic Inquiry*, 21:491-504, 1990.
- Bobaljik, J. & Carnie, A. A minimalist approach to some problems of Irish word order. mimeo, 1993.
- Bouchard, D. On the Content of Empty Categories. Dordrecht, Foris, 1984.
- Britto, Helena. A ordem VS nas gerundivas do Português do Brasil. Campinas, UNICAMP. mimeo, 1993.
- Callou, D. et al. Topicalização e deslocamento à esquerda: sintaxe e prosódia. Rio de Janeiro, UFRJ. mimeo, 1990.
- Câmara Jr., M. Estrutura da Língua Portuguesa. 14 ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

Cellaga, D. *Novíssima Gramática*. São Paulo, Editora Nacional, 1976.

Chomsky, N & Lasnik, H. Filters and control. *Linguistic Inquiry*, 8:425-507, 1977.

Chomsky, N. *Lectures of Government and Binding*. Foris, Dordrecht, 1981.

Chomsky, N. *Language and Problems of Knowledge. The Managua lectures*. Cambridge, The MIT Press, 1988.

Chomsky, N & Lasnik, H. Principles and parameters theory. mimeo, 1991.

Chomsky, N. A minimalist program for linguistic theory. MIT Working Papers in Linguistics, Cambridge, 1992.

Chung, S & McCloskey, J. Government, barriers and small clauses in modern Irish. *Linguistic Inquiry*, 18:173-237, 1987.

Cinque, Guglielmo. The movement nature of left dislocation. *Linguistic Inquiry* 8:397-412, 1977.

Cinque, Guglielmo. An apparent wh-construction: clitic left dislocation in romance. In: _____, *Types of A'-Dependencies*. *Linguistic Inquiry Monographs* 17, Cambridge, MIT Press, 1990.

Cigtra, L. & Cunha, C. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

Faria, E. Gramática Superior da Língua Latina. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1958.

Galves, C. L'objet nul et la structure de la proposition en portugais du Brésil. In: Revue des langues romanes, 93-2. Montpellier, 1989.

Haegeman, L. Introduction of Government and Binding Theory. Basil Blackweel, 1989.

Huang, C.T. James. Pro-dorp in chinese: a generalized control theory. In: Jaeggli, O & Safir (eds.). The Null Subject Parameter. Dordrecht, Klumer, 1989.

Iatridou, Sabine. About Agr(P). Linguistic Inquiry, 21:551-577, 1990.

Jaeggli, O. & Safir, K. The null subject parameter and parameter theory. In: _____ (eds.). The Null Subject Parameter. Dordrecht, Kluwer, 1989.

Kato, M. O estatuto sintático e semântico da noção de tópico no português do Brasil. Campinas, UNICAMP. mimeo, 1989.

Kato, M. The category subject in early child speech. Campinas, UNICAMP. mimeo, 1993.

----- . Word order change: The case of brazilian portuguese wh-questions. Campinas, UNICAMP. mimeo, 1993.

Kato, M. & Tarallo, F. Anything you can do in Brazilian Portuguese. In: Jaeggli, O. & Silva-Corvalán (eds.). Studies in Romance Linguistics:358, Foris, Dordrecht, 1986.

Kato, M. & Tarallo, F. Restrictive VS syntax in Brazilian Portuguese: its correlation with invisible clitics and visible subjects. Paper resented at the 34th Georgetown Roundtable in Language and Linguistics, 1987.

Kato, M. & Tarallo, F. Harmonia trans-sistêmica: variação intra-e inter-linguística. Campinas, UNICAMP. mimeo, 1989.

Kato, M. & Tarallo, F. The loss of VS syntax in Brazilian Portuguese. Campinas, UNICAMP. mimeo, 1993.

Koopman, H. & Sportiche, D. The position of subjects. *Lingua*, 85:211-258.

Labov, W. The social motivation of a sound change. *Word*, 19:273-309, 1963.

Lasnik, H & Uriaguerka, J. A Course in GB Syntax. Lectures on Binding and Empty Categories. MIT Press, 1988.

Leech, G. & Svartvik, J. A Communicative Grammar of English.
U.K., Longman, 1981.

Lima, R. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de
Janeiro, José Olympio, 1973.

Martin, R. On the distribution and Case features of PRO. UConn.
mimeo, 1992.

Mateus, M. Helena M. et al. Gramática da Língua Portuguesa.
Coimbra, Almedina, 1983.

Nascimento, Milton do. Sur la posposition du sujet dans le
Portugais du Brésil. Université de Paris VIII. Doctorat, 1984.

Nunes, Jairo. O famigerado se. Dissertação de Mestrado. IEL,
Campinas, UNICAMP, 1990.

_____. Passives in Lithuanian. mimeo, 1992.

Pollock, Jean-Yves. Verb movement, universal grammar and the
structure of IP. Linguistic Inquiry, 20:365-424, 1989

Pontes, E. Sujeito: da Sintaxe ao Discurso. Rio de Janeiro,
Ática, 1986.

Radford, A. Small children's small-clauses. Research Papers in
Linguistics. Dept. of Linguistics, University College of North
Wales, Bangor.

Radford, A. Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax. Oxford, Blackwell, 1990.

Raposo, E. Teoria da Gramática e Faculdade da Linguagem. Lisboa, Caminho, 1992.

_____. Case theory and Infl-to-Comp: The inflected infinitive in european portuguese. Linguistic Inquiry, 18:85-109, 1987.

Rivero, María Luisa. Adverbs incorporation and the syntax of adverbs in modern greek. Linguistics and Philosophy, 15:289-331, 1992.

Rizzi, L. Issues of Italian Syntax. Dordrecht, Foris, 1982.

_____. The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar. mimeo, 1988.

_____. Relativized Minimality. Linguistic Inquiry Monograph Sixteen. Cambridge, MIT Press, 1990.

Roeper, T. Implicit Arguments and Head-Complement Relation. Linguistic Inquiry, 18:267-310, 1987.

_____. The role of universals in the acquisition of gerunds. In: Wanner, E & Gleitman, L. (eds.). Language Acquisition: The State of the Art. Cambridge University Press, 1986.

- Salles, H. Construções oracionais reduzidas de gerúndio: um estudo preliminar. Comunicação apresentada, Recife, ABRALIN, 1993.
- Scherre, M. Reanálise da concordância nominal em Português. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, mimeo, 1986.
- Sells, Peter. Disjoint Reference into NP. *Linguistics and Philosophy*, 14:151-169, 1991.
- Stowell, T. The Comp position in S'. In: _ _ _ . *Origins of Phrase Structure*. Tese de Doutorado, MIT, Cambridge, Massachusetts, 1981.
- _____. The tense of infinitives. *Linguistic Inquiry*, 13:561-570, 1982.
- Stroik, Thomas. Adverbs and antecedent-contained deletions. *Linguistics*, 30:375-380, 1992.
- Tarallo, F. *Tempos Linguísticos*. São Paulo, Ática, 1990.
- Wanner, E. & Gleitman, L. (ed.) *Language Acquisition: The state of the art*. Cambridge University Press, 1986.